



Anais da Assembléia

N.º 86

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 73.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1985.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Fiori Luiz e Erondy Silvério.

A hora regimental registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Proceder à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 146/85 *Prop. 129/85*
Curitiba, 26 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 20 de fevereiro de 1985, entre

o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios de Apucarana, Jacarezinho e Londrina, objetivando prover as referidas municipalidades de equipamentos esportivos, com vistas à execução do Projeto de Polarização do Esporte.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 147/85 *Prop. 130/85*
Curitiba, 26 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 03 de outubro de 1984 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e o Município de Cascavel, objetivando apoiar a municipalidade na conscientização da comunidade quanto ao valor das atividades culturais e desportivas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 148/85 *Prop. 131/85*

Curitiba, 26 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio datado em 29 de novembro de 1979 e do seu termo aditivo datado de 16 de maio de 1983, celebrados entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, objetivando a aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos PEME com vistas à implantação de módulos esportivos nos Municípios de Ampére, Chopinzinho, Guaira,

Mariluz, Mameleiro, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste e São Jerônimo da Serra.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 149/85

Curitiba, 26 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio datado de 14 de fevereiro de 1980 e do seu termo aditivo datado de 16 de maio de 1983, celebrados entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, objetivando a aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos - PEME com vistas à implantação de módulos esportivos nos Municípios de Ivaí e Salto do Lontra.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 150/85

Curitiba, 26 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m², situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa Estadual é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, com a pretendida transferência dos direitos possessórios sobre a área em causa, será dado mais um importante passo no sentido da implantação, do campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Certo de que a medida proposta merece-

Curitiba, terça, em 03.09.85

rá dessa Colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m², situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 43/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação de trabalho especial, com risco de saúde, de que se trata o art. 172, item V, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para Emenda n.1 ao Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n. 11/85 para apreciação, por tratar-se de matéria de relevante importância e interesse público.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a data de 8 de novembro do corrente ano, para conceder ao Senhor GARIBALDI DUARTE REALE o Título de Cidadão Benemérito do Paraná. Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Professor ALTAYR DOS SANTOS CAVALI, ocorrido dia 27 de agosto próximo passado.

De tradicional e conceituada família curitibana, o Professor Altayr dos Santos Cavali lecionava, desde 1959 na área das Ciências Jurídicas da Universidade Católica do Paraná, onde inclusive era diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais desta mesma Universidade.

Testemunho vivo da versatilidade marcante, tão presente nos nomes que exercem o magistério, o professor Altayr sempre marcou sua presença pela imensa comunicabilidade demonstrada junto aos seus alunos e colegas de profissão.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado e a Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, manifestação de pesar pelo falecimento do Doutor MIGUEL CORNELSEN CALDAS, ocorrido em 23 de agosto do corrente ano, em Guarapuava, após ouvido o Plenário.

Doutor MIGUEL CORNELSEN CALDAS, médico a muitos anos na cidade de Guarapuava, prestava assistência aos pobres da localidade e era largamente conhecido em toda comunidade, além de ser de família tradicional.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) LEONIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do Sr.

THADEO ROSALINSKI.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Ângelo Sampaio, n. 1013, 3.º andar, apartamento 301.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à Equipe de Handebol adulto, feminino da Incolustre-Cambé, do Município de Cambé, pela conquista do Campeonato Sulamericano de Handebol.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa não pode deixar de enaltecer uma conquista do nível a que chegou a equipe de handebol de Cambé principalmente porque é do conhecimento de todas as dificuldades que enfrenta o esporte amador do Estado e do País. É uma conquista do Paraná, do esporte.

O reconhecimento desta Casa pelo brilhantismo do técnico Elói Zamberlam, também técnico da seleção brasileira de handebol feminino, e de suas atletas que desde há muito vem divulgando o Paraná através de suas conquistas pelas quadras brasileiras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações pela criação do Centro Cultural Brasil-União Soviética.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 30 de julho foi registrado junto ao 3.º ofício o CCB-URSS do Paraná, que tem por finalidade concorrer para o desenvolvimento das relações culturais e de amizade entre o Brasil e a União Soviética, através de: cursos de língua russa e de língua portuguesa e cultural brasileira na União Soviética; pleitear junto às instituições educacionais de ambos os Países a concessão de bolsas de estudo; promover relações entre pessoas e instituições representativas da cultura em geral, das ciências das letras e da cultura em geral.

A Diretoria e Conselhos Consultivos e Fiscal eleitos para realizarem os objetivos está composta por ilustres cidadãos

paranaenses, a saber: Zola Florenzano, Ubirajara Moreira, Leila Maria Bueno de Magalhães, Miriam Regina P. Saldanha, Ozair Avelino Martins, José da Silveira Filho, Paulo Barbosa da Costa, Valdir Izidoro Silveira, Carlos Roberto Pinto, Antonio Cardoso de Melo, Diogo Afonso Gimenez, Renato Cardoso, Emir Roque Dória, Eloá Regina Bittencourt Ramos, Silvia Alcântara Picchioni, Orides Mazzaroba.

Tenho certeza que, com esta iniciativa, o Paraná dá sua contribuição relevante para o maior interrelacionamento entre os povos e a defesa da paz mundial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à ACEA- Associação Cultural e Esportiva de Apucarana e à Colônia Japonesa de Apucarana, pelos passamentos dos seus aniversários, 25.º (vigésimo quinto) ano de existência, bem como pelo 50.º (quinquagésimo) ano de imigração da COLÔNIA JAPONESA DE APUCARANA, respectivamente.

Favor enviar correspondência ao Sr. ALBERTO YASSUO KISHIDA, à R. Irati s/n., Cafeeira Marajó, Apucarana - PR.
Sala das Sessões, 03 de setembro de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, aos profissionais da área de corretagem de imóveis, pelo transcurso do DIA DO CORRECTOR DE IMÓVEIS, transcorrido no último dia 27 de agosto.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor PEDRO E. CAMARGO, mui digno Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná - Mal. Deodoro, n. 497, 8.º Andar - 80.000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de CONGRATULAÇÕES à Classe Bancária, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do DIA NACIONAL DO BANCÁRIO, comemorado no dia 29 de agosto.

REQUER, ainda, que do presente se dê

ciência ao Senhor LUIZ CARLOS SALDANHA DE ALMEIDA - Mui Digno Presidente do SINDICATO DOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ - Av. Vicente Machado n. 18 - Edif. Kwasinski - 8.º Andar - 80.000 - CURITIBA - PARANÁ.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(A) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações a Sra. Gladis de Souza Floriani, Presidente da Casa Latino-Americana, pela realização da Semana Latino-Americana, no período compreendido entre 5 e 12 de outubro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Casa Latino-Americana - CASLA se constitui em uma organização cuja atuação principal se desenvolverá em diversos domínios da cultura, da política, incluindo atividades de pesquisa nas áreas sócio-econômico e histórica, abrangendo os Países do continente latino-americano.

Na semana de 5 a 12 de outubro, esta entidade marca sua inauguração pública realizando diversos eventos e debates sobre a dívida externa, e ainda sobre os aspectos da educação, literatura, música, jornalismo, entre tantos outros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Grupos de ALCÓOLICOS ANÔNIMOS - "AA" do Paraná, pela passagem do 17.º aniversário de implantação deste movimento em nosso Estado, e que será comemorado com uma REUNIÃO PÚBLICA, a realizar-se às 20:30 horas do próximo dia 05 do corrente, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1968, com o Grupo denominado Independência e que funcionou por muitos anos em uma pequena sala localizada na Rua Saldanha Marinho, nesta Capital, desde então, ALCÓOLICOS ANÔNIMOS tem procurado expandir-se com a fundação de diversos grupos de Curitiba e no interior do Estado. ALCÓOLICOS ANÔNIMOS é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo e não são poucas as pessoas que conseguiram se

livrar desta doença, fazendo com que a felicidade voltasse a reinar em milhares de lares, e o sorriso brilhasse novamente nos lábios de esposas, filhos e mães que viviam no desespero e no tormento, e em muitos casos vivendo num ambiente de verdadeiro horror. Segundo a Organização Mundial de Saúde, é a terceira maior causa de mortes em todo o mundo, perdendo apenas para as doenças do coração e o câncer.

No Brasil, é a segunda causa de internação em hospitais psiquiátricos, e 50% das mortes por traumas acidentais, homicídios e suicídios estão relacionados com o abuso do álcool. Durante séculos o alcoolismo foi encarado como uma questão moral. Em consequência disto, ainda hoje os alcólatras sofrem discriminações as mais absurdas.

Novo e surpreendente enfoque do problema surgiu em 1939, com a publicação do livro "Alcóolicos Anônimos", que emprestou seu nome a um dos mais benfazejos movimentos deste século. O livro proclamou que o alcoolismo é uma doença. Na década de 1950, a Organização Mundial de Saúde veio a codificá-lo em sua classificação internacional de doenças com o número 303 e a rubrica "Síndrome de Dependência do Alcool".

Estima-se que o Brasil possui mais de 6 milhões de alcólatras em diversos graus de desenvolvimento da doença. Os que ainda não sofreram graves consequências, se não forem tratados, virão a sofrê-las em virtude da trágica progressividade do alcoolismo. O Brasil precisa urgente de órgãos estatais especializados em alcoolismo nas áreas federal, estadual e municipal, para combater este mal "doença" que tem ceifado tantas vidas e destruído tantos lares.

Os Alcóolicos Anônimos, com indiscutível e comumente autoridade de sua experiência, costumam dizer que cada alcólatra causa danos psico-sociais e pelo menos cinco pessoas que com ele convivem são cônjuges neuróticos, filhos desajustados, casamentos desfeitos, abandono material da família, criminalidade, etc, etc. Na esfera de competência específica do Estado o alcoolismo é responsável por inúmeros problemas de segurança pública, pela superlotação hospitalar, por ausências ao serviços, pela queda de produtividade, por acidentes do trabalho e pelo ônus dos auxílios-doença e das pensões motivadas por aposentadoria ou mortes prematuras. No entanto, esse complexo problema pode ser minimizado a médio prazo e com investimentos infinitamente menores que seus custos sociais, se considerarmos que apenas 2% de alcólatras são recuperados por tratamentos clínicos, que não mais de 15% o são por custosas psicoterapias. A afirmativa pode parecer temerária. Mais inverídica

pareceria a afirmativa se a examinássemos pelo prisma da desinformação. Nossas universidades, sonegam aos futuros profissionais, inclusive médicos, psicólogos, assistentes sociais e líderes religiosos e os conceitos modernos sobre o assunto, e isto dispensa qualquer comentário sobre o grau de ignorância em que é mantida a população.

O alcólatra é tratado oficialmente como simples caso de polícia até que sua doença o leve a ter complicações físicas e mentais. Então, é admitido em tratamento nas enfermarias ou através da Previdência Social e, em quase todos os casos, tratam-se as complicações do alcoolismo sem se atentar para a verdadeira natureza desta doença, iniciando um processo de sucessivas recaídas. As técnicas de tratamento em vigor conflitam com os conceitos emergentes nos Países desenvolvidos.

Apesar de tudo, mantemos a afirmativa de que o problema pode ser minimizado a baixos custos. Na área científica, estão à disposição do Governo uns poucos, porém, abnegados especialistas nacionais. E nenhum desses especialistas desprezaria o mais valioso instrumento de ação na luta mundial contra o alcoolismo: Os Alcóolicos Anônimos. Eles os Alcóolicos Anônimos, aí estão às dezenas de milhares, espalhados por todo o País, como testemunhos vivos da eficiência de seu programa de recuperação. Bem informados sobre o assunto, independentemente do grau de instrução que tenham, contando com a colaboração de seus familiares e estribados na sua experiência de alcoolismo ativo e de recuperação, tudo que os Alcóolicos Anônimos querem de nós, de seus representantes, o que querem do Governo e da Sociedade é, evangelicamente, a oportunidade de dar de graça o que de graça receberam.

Por isso, estamos certos de que um programa racional de profilaxia e tratamento do alcoolismo poderá dar grandes resultados a prazo relativamente curto e a baixos custos os Alcóolicos Anônimos, um exército de homens e mulheres, recuperados ou em recuperação, se dispõem a fazer palestras esclarecedoras em escolas, fábricas, repartições públicas e onde mais for necessário. Eles estão prontos a dar assistência a todo e qualquer alcólatra e a colaborar gratuitamente com os hospitais e ambulatórios. Nada cobram e nada pedem a não ser o resguardo de seu anonimato pessoa a nível de imprensa e que cada novo membro procure ajudar outros alcólatras, e não são poucos os que se deslocam nos finais de semana para outras cidades, principalmente do interior, levando as suas sofridas experiências de alcólatras, para fundar novos grupos e assim trazer de volta ao seio da sociedade homens e mulhe-

res que trocaram sua maior riqueza, a família, por um copo de bebida.

Concitamos o Governo a criar órgãos especializados em recuperação de alcoólatras e a solicitar a colaboração de "ALCOÓLICOS ANÔNIMOS", em nome das centenas de milhares de famílias paranaenses e brasileiras que estão sofrendo por causa do alcoolismo. A esses abnegados que estão espalhados por mais de cinquenta países, só podemos dizer, muito obrigado, e parabéns por salvarem tantas vidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de um voto de regozijo ao Senhor JORGE KUDRI, pela sua eleição para a vice-presidência da Confederação Sulamericana de Futebol de Salão.

Do presente, REQUER ainda se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de um voto de regozijo pela eleição da nova Diretoria do Centro Catarinense do Paraná, cuja composição é a seguinte: Presidente de Honra: Dr. Esperidião Amin - Presidente: Francisco Pinheiro (reeleito) Vice-Presidente: Itacy Cardoso - 1.º Secretário: Horst Ingo Killian - 2.º Secretário: Custódio Lorenzoni - 1.º Tesoureiro: Roberto Mochnacz - 2.º Tesoureiro: Horst Harold Egon Mittelbach - Orador: Nelson Gramazio - Diretores: Diretor Social: José Minero Bittencourt - Diretor de Publicidade: Francisco João Anacleto - Diretor de Patrimônio: Helio Souza - Diretor de Esportes: Francisco de Almeida Pires - Departamento Cultural: Vânia Maria Cardoso - Departamento de Assistência Social: Getúlio Lorenzoni - Conselho Fiscal: Presidente: Castro José Pereira - Marcelo Krieger, Jairo Marcelino da Silva, Jorge Bernardi, Nivaldo Bernardi, Suplentes: José Aristides Motta, Marilourdes Córdova Ferreira, Adejair Mella, Vaneo José Vargas, João Juarez de Freitas Mello.

Do presente REQUER ainda, se dê ciência a Nova Diretoria eleita.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consig-

nado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Professor e ex-Senador Doutor PAULO BROSSARD pela sua investidura como Consultor Geral da República.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A escolha do Dr. PAULO BROSSARD para as elevadas funções de Consultor Geral da República, encheu de júbilo toda a Nação Brasileira, que contará com a inteligência, o patriotismo, a cultura, o espírito público de uma das figuras mais importantes da história política brasileira contemporânea.

O Professor PAULO BROSSARD, com seu talento, com sua cultura, saberá honrar a confiança que lhe foi depositada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente JOSÉ SARNEY que terá a seu lado uma figura excepcional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de se conceder ANISTIA FISCAL aos contribuintes em atraso com o recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM).

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades que se abatem sobre os setores produtivos vêm atingindo sobremaneira os pequenos e médios empresários.

Muitos deles, sem ter a quem recorrer, dada a retração do consumo e a incontrollada elevação dos juros, não tiveram outro caminho: deixaram de recolher os impostos devidos à Fazenda Estadual.

Face à incidência dos encargos acessórios - multas, juros e correção monetária - seus débitos se avolumaram de tal sorte que, hoje, torna-se impossível resgatá-los.

Daí, a medida que ora se propõe, medida que, na atual conjuntura, se faz necessária, pois é o único meio de se propiciar a centenas ou mesmo milhares de contribuintes, de todo Estado, uma oportunidade de saldarem seus débitos.

Além do mais, a liberação do pagamento de encargos acessórios, resultaria em benefício do próprio Fisco, pois, viria possibilitar o recebimento de grande parcela de impostos em atraso.

Essa a razão e o objetivo do apelo que ora se faz ao Senhor Chefe do Executivo

Estadual, a quem cabe propor, através de Mensagem à Assembléia Legislativa, anistia pleiteada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador JOSÉ LEMOS FILHO, sugerindo-lhe seja reativada a campanha para aumentar o número de eleitores no Estado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, através do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, já promoveu, com sucesso, diversas campanhas para elevar o número de eleitores.

O último censo acusou uma queda na população, e conseqüentemente, a perda de algumas posições galgadas por nosso Estado.

Com a mudança de legislação, permitindo a inscrição de analfabetos, e a motivação decorrente das eleições em diversos municípios e também para o Governo do Estado, Câmara Federal e Senado, além da escolha de Deputados Estaduais, a eleição parece propícia para que seja reativada a campanha quase que permanente para elevar o número de eleitores em nosso Estado.

É de se lembrar, que uma considerável parcela de nossa população, principalmente aquele formado por jovens, ainda não chegou a votar uma só vez.

Os meios de comunicação por certo deverão colaborar com a iniciativa, como sempre fizeram.

Tratando-se do interesse de nosso Estado, o presente requerimento deverá ser merecedor da atenção do douto Plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da liberação de recursos financeiros para a realização de obras de cobertura na quadra esportiva do Colégio Estadual Carlos Gomes, localizado na Municipalidade de Ubatã.

A presente solicitação é fruto de um manifesto assinado pelas seguintes pessoas e entidades: Associação de Pais e Mestres do Colégio; Ilustríssimo Senhor Professor Lauro Hryniewicz - Diretor do Colégio; Ge-

ma-Grêmio Estudantil Machado de Assis; Ilustríssima Senhora Elvira Guarnieri Fabri - Inspetora Estadual de Educação e do Ilustríssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, José Vicente Pires. A cobertura total da quadra existente naquele conceituado estabelecimento de ensino ubiratanense é um desejo há muito manifestado pelos setores educacionais da cidade pretende-se, com a mesma cobertura, a realização de competições com qualquer condição climática. Ademais, além desta finalidade, o mesmo local servirá para o desenvolvimento artístico e cultural, assim como cívico, através de eventos do gênero, promovendo, deste modo, o surgimento e aperfeiçoamento cultural por parte do conjunto do estudantado.

Seguramente, a aludida reivindicação vem encontro aos interesses do Colégio Estadual Carlos Gomes, valendo destacar, ainda, que a mesma proposta estará à altura do merecimento dos que integram aquele meio educacional.

Face à exposição de motivos, espera-se, portanto, o encaminhamento de medidas que possibilitem o atendimento desta solicitação, garantindo, deste modo, a liberação dos recursos que fizerem-se necessários.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa, Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos quanto a criação da Caixa Econômica Estadual, a exemplo do que já se sucede em outros Estados brasileiros.

Entende o Vereador João Batista Sanches, de Maringá, que a implantação de uma instituição dessa natureza, além dos ilimitados benefícios que traria à população paranaense, seria iniciativa de grande valia para o Governo naquilo que se refere a mais um importante instrumento de desenvolvimento econômico, porquanto absorveria boa parcela dos recursos aplicados em órgãos estranhos aos nossos reais interesses.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ofi-

cial, dirigida ao Ilustríssimo Senhor Responsável pelo DSTC - Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos transportes no sentido da realização de estudos encarecendo a implantação de um novo horário de linha de ônibus entre as Municipalidades de Peabiru e Campo Mourão.

O novo horário sugerido é o das 7:00 horas, conforme manifestação neste sentido do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Peabiru, assinado pelo seu Presidente, Ilustríssimo Senhor José Lúcio Pedrezini. Tal solicitação basea-se no fato de que muitas pessoas seriam beneficiadas face ao citado horário, uma vez que grande parte delas estuda ou trabalha em Campo Mourão, mas que residem em Peabiru.

Ademais, os horários atualmente disponíveis simplesmente não atendem as normas vigentes ao setor, havendo inúmeras reclamações quanto ao serviço oferecido, que deixa muito a desejar, ante ao estado dos veículos, assim como a superlotação, causadora de desconforto e insegurança nos seus usuários.

Medidas precisam, num menor espaço de tempo possível, serem tomadas, pois, este é o desejo não apenas do Diretório do PMDB local e das autoridades constituídas, mas do conjunto da população.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, no sentido da liberação de recursos orçamentários para a construção do parque de exposições da Municipalidade de Campina da Lagoa.

Já está em fase de criação, tendo ocorrido vários contatos neste sentido, o parque de exposições de Campina da Lagoa. Tal iniciativa surge para vir de encontro com as reais necessidades de toda aquela rica e vasta região, principalmente com relação aos seus setores de produção que sustentam a base sócio-econômica lá existente.

Ademais, o parque de exposições de Campina da Lagoa terá por finalidade a divulgação das potencialidades, através de feiras e outros eventos que objetivarão fundamentalmente a comercialização de animais e produtos; além de poder atrair investidores de outras localidades para o município.

Trata-se, sem dúvida alguma, de importantíssima iniciativa. Mas, para tanto,

sua concretização dependerá principalmente da participação dessa Governadoria do Estado, garantindo, deste modo, a liberação dos recursos financeiros que se fizerem necessários, conforme salienta o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, Doutor Joaquim Antônio de Lima.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO, solicitando a criação do Distrito Judiciário de Luz Marina, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Há quinze anos foi criado o Distrito Administrativo de Luz Marina, através da Lei Estadual n. 570/70, de 23.10.1970, estando assim atendidas as condições para a criação do Distrito Judiciário.

Luz Marina conta atualmente com uma população de aproximadamente cinco mil habitantes, tendo que se deslocar 48Km. até Toledo para tratar de suas questões judiciais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Presidentes do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA e do INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA e FLORESTAS - ITCF, solicitando agilização no processo de cadastramento dos sem-terras no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, com seu rápido desenvolvimento econômico - principalmente na agricultura - ao longo dos últimos anos, produziu também a miséria no campo e nas cidades.

O Paraná nos mostra um quadro triste com relação à sua atividade agropecuária: a existência de 450 mil "bóias-frias", 200 mil parceiros e meeiros e o desaparecimento, nos últimos dez anos, de aproximadamente 180 mil pequenas propriedades.

Esta situação angustiante vem provocando graves problemas sociais em nosso

Estado, chegando ao nível de conflitos e choques entre proprietários e sem-terras.

Portanto, é urgente que seja acelerado o cadastramento dos sem-terras em nosso Estado, com vista à aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária idealizado pela Nova República.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial à sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Nelson Miguel Friedrich, com subsequente desdobramento ao Senhor Superintendente da SUREHMA, Doutor Cícero Jayme Bley Júnior, reivindicando a implantação de poço semi-artesiano para servir a Comunidade do Distrito de Pindorama, do Município de Xambrê, levando-se em conta que as fossas céticas, já saturadas, levam risco a saúde pública pela poluição dos poços, facilmente levada pela porosidade do terreno arenoso, próprio da região. O assunto exige urgentes medidas de distribuição de água potável à população, antes que esta seja atingida por uma epidemia.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) NELSON VASCONCELLO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando urgência no encaminhamento à Assembleia Legislativa de projeto de lei que reformulando dispositivos da Lei n. 7.208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Embora a Lei n. 7.208/79 tenha um elevado alcance social, que visava primordialmente contemplar com um cargo efetivo os professores complementaristas com dois ou mais anos de exercício, que não detivessem nenhum outro cargo público, ela mesmo gerou, por outro lado, certas injustiças, como bem podemos constatar em seu § 1.º, o qual possibilitou que os complementaristas que fossem ocupantes de outros cargos optassem pelo enquadramento da lei, desde que apresentassem os respectivos pedidos de exoneração do cargo anterior. O proibitivo isolamento tem sua fundamentação e apoio jurídico, mas, no caso específico de professores e especialistas, em

que além de ministrarem aulas suplementares, eram possuidoras de outro cargo público efetivo do Magistério, a proibição não pode e nem deve prosperar.

Além de ferir um princípio legal, garantido pela Constituição Federal, ou seja, o direito de acumulação remunerada, a Lei n. 7.208/79 ainda ocasionou outras injustiças como, por exemplo, o não atendimento a ex-professores complementaristas, às vezes contando com mais de dez anos de exercício e que, pelas diversas circunstâncias, não estavam ministrando aulas suplementares em 16 de outubro de 1.979, tendo permitido, ainda, que professores novos, recém-formados, com apenas dois anos de complementarismo conseguissem dois padrões em poucos meses, um pelo enquadramento da lei e outro por nomeação imediata ou até hoje com apenas um padrão e, muitos deles, ministrando aulas extraordinárias que comportam perfeitamente outro padrão.

Nosso envolvimento com o assunto data de março a abril de 1983. Portanto, desde o início do Governo. Nestes dois anos, inúmeras foram as Assembleias, comissões, audiências, pareceres e despachos. (vide detalhes na correspondência em anexo, da Comissão Pró-Estabilidade). A busca do entendimento, que sempre predominou no relacionamento entre o movimento dos professores pela estabilidade do 2.º padrão e os órgãos do Poder Executivo Estadual, particularmente as Secretarias de Educação e da Administração, levou a que hoje tenhamos a situação de existir na SEAD um ante-projeto de lei da SEED dispondo sobre o assunto, prestes a ser emitido à Casa Civil para preparo final da mensagem a ser dirigida à Assembleia Legislativa.

Considerando o tempo já decorrido suficiente para os aprofundados estudos técnicos necessários e levando em consideração a situação angustiante vivida por centenas de professores, nada mais justo que se dê caráter de urgência às providências finais de envio à Assembleia Legislativa do projeto de lei que é ansiosamente aguardado, inclusive pelas entidades representativas do magistério paranaense.

Estando a proposta sob os estudos finais da Casa Civil e Governadoria, reiteramos nesta oportunidade, época em que se define o orçamento de 86, nossa solicitação de que a necessária mensagem propondo o projeto de lei pertinente seja enviado com urgência à Assembleia Legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Diretor - Superintendente da SUDESUL, solicitando informações sobre os valores e o cronograma de

desembolsos destinados aos municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Por solicitação da AMEPAR "Associação dos Municípios do Médio Paranaapanema", tendo em vista o atraso na liberação dos recursos destinados àqueles municípios, vimos solicitar empenho de Vossa Excelência no sentido que este problema seja equacionado o mais rápido possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. WALDIR PIRES, Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando a imediata reabertura de POSTOS DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÁREA RURAL - (FUNRURAL), que vários municípios do Estado do Paraná permanecem fechados, em prejuízo de um número expressivo de previdenciários.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O grande contingente de beneficiários do FUNRURAL, é composto, em sua maioria, de pessoas humildes que empregaram a maior parte de suas vidas no trabalho de produzir alimentos, o que significa uma existência sacrificada, rude, e destituída, muitas vezes, do mínimo necessário.

Agora, estes previdenciários, muitos dos quais, aposentados, se defrontam com um grave problema diante de Postos de Representação do FUNRURAL, cujas portas permanecem fechadas.

Em nosso entender, tal medida é arbitrária e, até, desumana, visto que diante de Postos do FUNRURAL fechados, os previdenciários não podem contar com nenhum tipo de atendimento, não apenas naquele que por direito lhes é devido - como o atendimento médico-hospitalar - mas, igualmente, no atendimento burocrático, ou seja, no fornecimento de carnês, para assim poderem receber os valores correspondentes às suas aposentadorias.

Cerca de vinte e cinco (25) POSTOS DE REPRESENTAÇÃO DO FUNRURAL permanecem fechados no Estado do Paraná, cinco (05) dos quais, em municípios localizados no Vale do Ivaí, tais como: RIO BOM. GRANDES RIOS, JARDIM ALEGRE, MANOEL RIBAS e BARBOSA FERAZ.

O Ministério da Previdência e Assistência Social, ao fazer cumprir um decreto que não permite contratações, poderia, ao

dar cumprimento a referido decreto, encontrar uma forma alternativa capaz de solucionar de forma satisfatória o grave problema e, desse modo, prover aos previdenciários do FUNRURAL com o mínimo e necessário atendimento visto que, sem atendimento de forma alguma, esses previdenciários ficam sem meios sequer para sobreviverem.

Diante do exposto e, nesta hora em que se apregoam as mudanças da Nova República, é justo que se coloque em destaque o bem-estar social da população em geral, sem esquecer, igualmente, daqueles que já contribuíram com suas parcelas de trabalhos e rendimentos e, hoje, diante de Postos fechados do FUNRURAL no interior do Estado do Paraná, amargam uma mudança que os coloca no maior e mais desesperante desamparo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Grupo Folclórico Japonês, pela belíssima apresentação no dia 22 do corrente.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da mesa seja dado ciência ao grupo folclórico, supra mencionado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

No dia 20 de junho de 1959, foi fundada a sociedade Cultural Nipo Brasileira de Curitiba, pelo Senhor Hayao Washida, presidente fundador, desde então várias gestões se seguiram.

De 1.964 a 1.973, foi presidente Einoske Torigue, de 73 a 74 Kassuo Miyazaki, de 74 a 76 Mikio Maruo, de 76 a 80 Kenichi Honjo e de 80 para cá Senhor Yoshio Okamura, atual presidente.

Em 1.979, na gestão presidida pelo Senhor Knichi Honjo, houve uma transformação, através da fusão entre a Sociedade Cultural Nipo Brasileira de Curitiba e Sociedade Nipo Brasileira do Paraná, e desta fusão nasceu a atual Sociedade Cultural Beneficiante de Curitiba, cuja sede própria e casa do Estudante está situada à rua Atílio Bório, 71, no Bairro do Capane-ma.

Os objetivos da Sociedade são: - Manter e fornecer as relações culturais Brasil-Japão através de promoções e intercâmbios culturais; Cooperar com poderes constituídos para a elevação cultural da comunidade nacional; promover o bem estar social e beneficiante de seus associados e entidades filantrópicas; promover a formação cultural e educacional dos estudantes

da Casa do Estudante Nipo Brasileiro de Curitiba.

E para desenvolver todas as atividades, correlatas aos seus objetivos o Conselho diretor mantém os seguintes departamentos:

Casa do Estudante, Beneficiário, cultural, Jurídico, Esportivo, Fomento Agrícola, Planejamento, Social e de Comunicação, Patrimônio e Bibliotecário.

O Grupo Folclórico, é uma Divisão do Departamento Cultural, e sob sua responsabilidade, se desenvolvem atividades como danças, cantos, músicas e instrumentos típicos tradicionais e a finalidade do grupo é participar em festividades internas, festivais folclóricos, solenidades cívicas, etc.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente ao Grupo Folclórico "QUERÊNCIA DO SUL", pela brilhante apresentação artística no dia 21 do corrente.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da mesa, seja enviada cópia ao grupo folclórico supra mencionado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do grupo é de interpretar o folclore sul brasileiro, (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), nos seus mais variados aspectos.

Promover, incentivar e preservar o folclore brasileiro, incentivar a pesquisa científica sobre a antropologia cultural, estimular a coleta, registro e projeção das manifestações folclóricas das origens étnicas do povo.

O grupo folclórico conta com dezenas de participantes sendo (dançarinos, músicos, cantores, etc.). Possuem mais de 100 trajes típicos, indumentária, para reviver e trazer à tona os costumes das épocas passadas.

Contamos com diversas apresentações em vários Estados do Brasil, participamos de (4) festivais internacionais do Estado do Paraná.

QUERÊNCIA, lugar onde alguém nasce, se cria ou se acostuma a viver, e no qual procura-se voltar quando dele afastado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda pela brilhante apresentação no

dia 23 do corrente.

Outrossim, REQUER, ainda, que da decisão da mesa, seja dado ciência ao grupo folclórico, supra mencionado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Este grupo folclórico foi fundado em 1.950, pela senhora Thillif Kleinsmidt, professora de Educação Física, logo após a chegada das primeiras famílias holandesas na Colônia Castrolanda, localizada no Município de Castro, Estado do Paraná.

O objetivo do grupo era a prática de danças folclóricas e inicialmente foi denominado de "Holandeses em Tamancos".

O pequeno grupo apresentou-se, pela primeira vez, numa festa em Castrolanda, e, agradou, pois, a partir daí passou a receber convites para participar de diversas solenidades, com apresentações em diversos locais do Brasil, inclusive quando da comemoração do centenário do Paraná, nossos jovens alegraram as ruas de Curitiba com suas danças típicas.

Em 1957, devido ao seu debilitado estado físico, a Senhora Kleinsmidt, deixou a liderança do grupo, transferindo o encargo à Senhora Elizabeth Van Lokhuijzen.

Em 1.981, a liderança passou a uma diretoria formada por participantes do grupo, na qual a Senhora Elizabeth Van Lokhuijzen, atua como coreógrafa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Grupo Folclórico Germânico da Sociedade Rio Branco, pela brilhante apresentação artística no dia 24 do corrente.

Outrossim, REQUER, ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência ao grupo folclórico, supra mencionado.

Sala das Sessões, em 03/09/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Folclórico Germânico, executa danças típicas de várias regiões, acompanhadas com seus trajes típicos, diversificados, onde 2 dos trajes são dançados por grupo infantil, no desenvolver numa noite de fantasia, dançarinos caracterizados de bonecas, fada, Branca de Neve e os sete anões, coelhinhos, marinheiros, e muitos outros personagens. Este grupo foi fundado em 10 de abril de 1.964, com o objetivo de divulgar as tradições germânicas (alemã), sendo considerado o maior grupo germânico da América Latina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a transformação de Paraíso do Sul (Distrito de Barbosa Ferraz) em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Paraná. Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Fatores como: distância entre Paraíso do Sul e a comarca mais próxima; crescimento populacional desse distrito e a necessidade de agilização das questões de interesse da comunidade, nos levam a fazer a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, José Richa, solicitando mensagem a esta Casa no sentido de regularizar a atuação policial em todo o Estado, através da obrigatoriedade de contratação de Assistentes Sociais femininas em todas as delegacias de Polícia do Paraná, para atendimento humano e adequado das mulheres.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Na maioria dos casos em que as mulheres recorrem ou são obrigadas a recorrer às delegacias policiais, passam por situações vexatórias e até mesmo humilhantes ao se submeterem a exames ou tratamentos de detenção. Em Estados como São Paulo e outros, as delegacias estão tendo o atendimento atualizado e humanizado ao delegar a mulheres as funções de atender especificamente o setor feminino da população, evitando-se com isso abusos de ordem moral e até mesmo sexual que se verifica por parte de funcionários desqualificados e despreparados para as funções que exercem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Ribeiro, Ministro de Estado da Reforma e Desenvolvimento Agrário, em que solicita atendimento à reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Município de Corbélia, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985
(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Município de Corbélia, legítimo representante dos "Sem-Terra" desta região, ao apresentar documento relativo ao PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária), concretiza a proposta apresentada à Nação pelo Presidente José Sarney, colocando objetivamente quais os problemas da área e as soluções, discutidas e deliberadas democraticamente com todos os representantes da comunidade dos Municípios de Corbélia Braganey.

Entre os problemas o movimento destaca a expectativa de assentamento para 3.200 famílias sem terra, em Corbélia e Braganey, e a sua não concretização, gerando uma situação de conflito que tende a se agravar com o decorrer do tempo. Em Corbélia existem duas mil famílias à espera da terra, sendo que 1.600 deveriam ser assentadas até 1989. As quatrocentas restantes poderiam esperar mais alguns anos. Dada a análise feita no Município, há urgência de assentamento até 1986 de 624 famílias, a partir daquele ano até 1987, mais 510 famílias, de 1987 a 1988, 314 e de 1988 a 89, 125 famílias.

Já em Braganey, a comunidade chegou a conclusão que para evitar o agravamento de conflito na área, seria necessário assentar até 1986, 468 famílias, a partir daí até 87, 382, daquele ano até o ano seguinte mais 255 famílias, e de 1988 a 1989, 95 famílias. Além das 1.200 seriam assentadas progressivamente mais 300, com o passar dos anos.

Para que o assentamento dê resultados positivos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra coloca como condição que as empresas rurais da região sejam desapropriadas. Existem seriedade e rigidez na regularização fundiária e tributação. E querem ainda participar da administração dos assentamentos. Para a comunidade dos sem terra é necessário que as condições de pagamento sejam adequadas aos seus rendimentos e por isso reivindicam a adoção do crédito rural para os assentados, com seus juros subsidiados e tempo prolongado para liquidação do débito.

Importa aqui observar que os Sem-Terra dos Municípios citados lutam há mais de um ano em suas bases passando por sérias dificuldades financeiras, inclusive passando fome, mas não estão invadindo terras alheias. Aguardam o cumprimento da lei, que, diga-se de passagem, existe há muito tempo sem ser cumprida. Por esse motivo, solicitamos interferência de Vossa Excelência, no sentido de providenciar o mais rápido possível o assento daquelas famí-

lias, que esperam uma solução dentro de 60 dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Pedido de Informação, no que se refere a:

1- Qual o total geral das vendas de semente de arroz, realizadas no ano de 1985 pela CAFE do Paraná?

2- Dentro dessas vendas, inclui-se o Estado de Santa Catarina?

3- Caso afirmativo, qual a quantidade de sementes ainda disponíveis para o Estado do Paraná, e se esse número conseguirá atender as nossas necessidades?

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) IVAN GUBERT.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/85

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam revogados os parágrafos 1.º e 2.º do Art. 217 e passam a vigorar com a seguinte redação os parágrafos 1.º do Art. 216 e 3.º do Art. 217, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982.

"Art. 216 -

§ 1.º - O Conselho da Polícia Civil por 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá decidir pelo afastamento temporário ou não do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta Lei, e por maioria simples, sobre a progressão funcional ou não do servidor policial civil, processado criminalmente ou indiciado em processo disciplinar ou sindicância".

"Art. 217 -

§ 3.º - O restabelecimento do vencimento ou remuneração do servidor policial punido, só ocorrerá após o cumprimento da pena, sendo-lhe assegurado, quando absolvido, o direito à percepção da diferença, com correção monetária correspondente."

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como finalidade corrigir distorções de interpretação no Estatuto da Polícia Civil, muito especialmente o que respeita ao dis-

posto no § 1.º do Art. 217, onde o servidor, pela simples iniciação em processo disciplinar, mesmo que este seja de pequena gravidade, estaria automaticamente penalizado com a perda de 50% (cinquenta por cento) de seu vencimento ou remuneração, perda esta, que mesmo temporária, se constitui, no momento, num pesado ônus familiar.

Tal situação, em condições de exercício profissional, onde as circunstâncias possam levar o servidor aos limites do permissível, poderia, muitas vezes, acarretar constrangimento na tomada de decisões, pelo temor da quebra dos regulamentos, e conseqüente restrição salarial, enquanto não fosse o assunto devidamente esclarecido e julgado.

Nestas condições, ao atribuir-se ao Conselho de Polícia Civil o arbítrio sobre a conveniência da supressão das vantagens se nos parece mais sensato.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 176/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1.º - Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MANDAGUARI- A.P.M.I.- com sede e foro no Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

Artigo 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário à presente.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguari- A.P.M.I.- com sede em Mandaguari, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Vargas, n. 347, Centro, inscrita no CGC MF sob n. 77283323/0001- 64 tem como finalidade a proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente:

A Diretoria será eleita anualmente pelos sócios efetivos, podendo ser reeleita.

PROJETO DE LEI N. 177/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - As unidades, de moagem colonial terão, necessariamente, que estarem localizadas em zona de produção tritícola em operação exclusivamente por conta do produtor e cujo resultado se destine ao

consumo familiar;

Art.2.º - As unidades moageiras do tipo colonial poderão, no máximo, moer 1.000 kg (mil quilogramas) de trigo em grão ao dia, ou até 365 (trezentos e sessenta e cinco) toneladas anuais, não sendo permitido a moagem ultrapassar esses limites;

Art.3.º - As unidades moageiras do tipo colonial, ficam isentas de tributação fiscal no que concerne aos tributos estaduais, respeitado os dispositivos da legislação federal;

Art.4.º - O agricultor que não dispuser de instalações de estocagem de sua produção destinados ao moinho colonial, poderá depositá-los nos silos das entidades associativas de sua região;

Parágrafo Único - Os agricultores que não possuírem unidades de moagem colonial, poderão depositar sua produção de consumo prevista no art. 2.º, nos silos das moagens que irão realizar tal prestação de serviço;

Art.5.º - Ficam incorporados à presente lei os dispositivos contidos na Lei Federal n. 6.387, de 09 de dezembro de 1976, que não foram aqui alterados ou modificados;

Art.6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(aa) NILSO SGUAREZI

DIRCEU MANFRINATTO

ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Desde 1976 o Governo Federal possui sua legislação sobre os moinhos coloniais sem que os Estados Federados tenham procurado sua adequação. Muito se tem discutido sobre a viagem do trigo paranaense, acarretando um alto custo ao consumidor final que, afinal de contas foi quem plantou. Na ponta do incentivo da não tributação para o produtor que industrializar seu próprio produto para consumo, estará o Estado do Paraná, contribuindo não só para o barateamento do custo de vida, bem como gerando mais uma fonte de fortalecimento da economia municipal e microrregional.

PROJETO DE LEI N. 178/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a ARPAS - Associação de Moradores do Núcleo Residencial Parigot de Souza, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Desempenhando papel de relevante valor social, a ARPAS- Associação de Moradores do Núcleo Residencial Parigot de Souza, tem como objetivos primordiais a melhoria das condições de vida dos residentes no conjunto habitacional do mesmo nome, situado no Bairro do Sítio Cercado, nesta Capital, através de programas educacionais, recreativos, desportivos, beneficentes, culturais e assistenciais.

Dentre suas inúmeras realizações, existe a Creche da Associação que atende diariamente 90 crianças, de 0 a 6 anos de idade, em regime de semi-internato, servindo a estes menores, quatro refeições diárias, tratando, também, da sua higiene, saúde, vestuário e recreação.

Existe ainda, na Associação, um Clube de Mães, que em primeiro plano orienta na educação e, no relacionamento entre pais e filhos e promove também, bazares, festas, jantares que têm por finalidade angariar fundos para a manutenção da creche.

O serviço assistencial, se constitui em outra atividade proposta e executada pela Associação. Nesse, promovem campanhas e coletas de doativos que transformam em cesta de alimentos básicos, roupas e remédios que são distribuídos àqueles moradores que se encontram em dificuldades financeiras ou desempregados.

O trabalho é sério, árduo e responsável.

Os dirigentes da ARPAS não olvidam esforços para conseguir levar adiante seus louváveis propósitos.

Esses labutadores incansáveis, são voluntários e, pelo seu trabalho, não recebem remuneração de qualquer espécie.

Portanto, todos nós temos a obrigação de estimular a continuidade deste empreendimento, que concede àqueles cidadãos enorme gama de benesses, de melhoria em suas condições de vida e porque preenche os requisitos necessários, deve ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

PROJETO DE LEI N. 180/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Será isento do pagamento da taxa de segurança pública relativa a cédula de identidade a pessoa desprovida de recursos financeiros que necessitar do referido documento para a admissão em emprego.

Art.2.º - O benefício previsto no artigo anterior será concedido mediante requerimento do interessado, instruído com

declaração de quem se propõe a formalizar o contrato de trabalho.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1985

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Dentre as dificuldades que o desempregado enfrenta para a concretização de seu almejado contrato de trabalho, muitas vezes, está a da obtenção da cédula de identidade.

Obviamente, nesta difícil fase da vida de um trabalhador, os recursos são poucos ou até inexistentes. Não são raros os casos que se vê obrigado a buscar fatores a fim de pagar a taxa para obtenção da exigida cédula de identidade.

A concessão do benefício previsto neste plano de lei não afetará as finanças do Estado, pois o tributo é de pequena monta. Para o desempregado, entretanto, representa muito, talvez a concretização do seu ideal de trabalho. Pelo mesmo, contribuirá para o desenvolvimento econômico da nossa terra, e com os rendimentos decorrentes proverá a manutenção da família. Participará também, como tais recursos do processo de arrecadação de impostos, (especialmente o ICM), quando adquirir os bens.

Diante destas razões e pelo elevado alcance social da medida ora proposta espera-se seja acolhida e transformada em lei.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito. Sr. Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo da nossa presença na tribuna desta Casa de Leis é para apoiar os professores das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa que realizam greve porque apresentaram uma pauta de reivindicações ao Governador José Richa e, infelizmente, não foram atendidos. E o único caminho que encontraram foi da paralização das suas atividades. Analisando item por item das reivindicações dos professores e funcionários das Universidades Estaduais do Paraná, chegamos à conclusão, que estão pedindo até muito pouco. É até uma insignificância, o que eles estão pleiteando diante de um país inflacionado, um país de crise, um país de inflação de 14 por cento ao mês.

São quarenta e dois itens como por exemplo; houve, de acordo com o Sindicato dos Professores, uma perda salarial nos últimos meses de 137 por cento. E a Universidade criou um grupo de trabalho e concluiu que na verdade esta perda foi maior que o índice apontado pelo Sindicato dos Professores.

Talvez, até a Reitoria de cada Universidade desta, chegasse a um acordo ou conclusão oficial ou oficiosa de uma

perda salarial inferior àquela apontada pelo Sindicato. Mas, foi exatamente ao contrário.

O Sindicato dos Professores detectou uma perda salarial de 137 por cento e a Universidade detectou que houve de fato e comprovou que houve perda salarial de 141 por cento. E os professores, humildemente, num gesto de grandeza, de patriotismo, de colaboração ao Governo de José Richa, ao invés de pedir uma reposição de 141 por cento eles estão se contentando que haja uma reposição de apenas 95 por cento.

Notem, Srs. Deputados, a diferença. Isto é um gesto de muita humildade dos professores. Para uma perda de 141 por cento nos salários nos últimos meses os professores pleiteiam uma reposição de 95 por cento.

E o Governo do Estado, através do Governador José Richa, oferece um pouco mais de 83 por cento.

Então, a diferença para se chegar a um acordo é uma diferença relativamente pequena. Se tivesse havido bom senso do Governador José Richa, esta greve poderia ter sido evitada, porque eles pedem 95 por cento e o Governo oferece 83 por cento.

Há outras reivindicações como estabilidade após 10 anos de serviço.

Isto não é pedir demais, porque o Governador fica no cargo durante 4 anos e tem estabilidade pelo resto da vida, porque ele vai receber pelo resto da vida o salário idêntico àquele que estiver recebendo quem estiver exercendo o cargo de Governador. O Deputado e Senador do Brasil podem se aposentar acima de 8 anos de mandato parlamentar e os professores pedem estabilidade com 10 anos de trabalho. Pedem transporte para os docentes e funcionários a exemplo do que é feito em outros órgãos do Governo do Paraná como o IAPAR.

Restaurante Universitário no próprio Campus. Se as próprias indústrias são motivadas pelo Governo a criar restaurantes para seus funcionários, porque o Governo através da Reitoria não cria este restaurante universitário? Porque a Universidade fica muito longe do centro da cidade. Eles pedem creches para cinquenta crianças agora e que esta creche seja ampliada para cem a partir de março. E que os Delegados sindicais tenham estabilidade no emprego, porque eles lutam pelos direitos dos professores e acabam às vezes sendo demitidos.

Portanto, Sr. Presidente é o apoio a esta greve, a esta reivindicação dos professores das Universidades estaduais do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez com um pouco de atraso, mas não poderíamos deixar de dar parabéns ao PMDB, por conseguir o record nacional de inflação, em um mês.

Este governo dirigido pelo PMDB, que tanto prometeu, muito vem decepcionando o povo brasileiro e também deixar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso repúdio às atitudes anunciadas pelo Presidente do BNH, de que irá

colocar em execução, colocar em prejuízo todos os mutuários que tiverem três prestações em atraso com aquele órgão.

Nós temos que ver que o governo que se diz voltado para o problema social, está na realidade castigando o povo brasileiro, em especial o povo apucaranaense e nós teríamos também que tecer alguns comentários, sobre a inflação do Governo do PMDB, sexta-feira passada, na cidade de Apucarana.

Não vai aqui uma crítica pessoal do Deputado Jorge Maia Filho, mas uma crítica generalizada de todos os Prefeitos do Vale do Ivaí, e de toda imprensa, contra a instalação do Governo na cidade de Apucarana.

Queixam-se os Prefeitos do Vale do Ivaí, conforme matéria publicada no jornal "Tribuna da Cidade", domingo dia 01 de setembro, que a instalação do Governo José Richa em Apucarana, foi somente para a cidade de Apucarana, a qual levou a maioria dos recursos, e os demais Prefeitos da região apenas aplaudiram e não levaram nada.

Discordo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com essa afirmativa dos Prefeitos do Vale do Ivaí, porque peço permissão a eles de incluir também nesta afirmativa, que também a cidade de Apucarana nada levou da instalação do Governo do Sr. José Richa, porque todas as Lideranças locais, todas entidades de classe, todas associações e Lideranças políticas, estavam esperando na realidade que o Governador, na instalação do seu governo em nossa cidade, iria pelo menos levar o que havia prometido nos palanques do PMDB, na campanha para o governo.

Foi apenas mais de uma vez desfazer o que havia sido prometido, a grande reivindicação da região e que todos esperavam que o Governador iria atender seria a construção da estrada do milho, ligando Rio Bom a Apucarana. Pelo Contrário, o Sr. Governador lá foi, apenas para dizer que não irá construir essa rodovia, promessa por ele em campanha para governo, na eleição passada.

O Governador que havia prometido transformar a Faculdade de Apucarana em Universidade, lá foi para dizer que não é de sua competência.

O Governador que havia prometido instalar na Faculdade de Apucarana, o Curso de Processamento de Dados, lá foi dizer que não o fará porque trará ônus para o Estado.

O Governador que havia prometido uma extensão da Cafe do Paraná, lá foi para negar a extensão da Cafe do Paraná naquela cidade.

Então, na realidade, a instalação do Governador de Apucarana e de sua comitiva, foi apenas mais um dia de fantasia neste Governo de José Richa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

"Avolumam-se cada vez mais as dificuldades enfrentadas pelas classes empresariais, no Estado e no País.

Tais dificuldades decorrem de inúmeros problemas, todos eles incidindo diretamente sobre toda e qualquer atividade produtiva, de forma a desestimular aqueles que trabalham e produzem.

A consequência natural é o desânimo que se alastra, tomando conta de tudo e de todos, a tal ponto que muitos já preferem se acomodar, ancorando suas angústias e incertezas no mercado de capitais.

Para o agravamento dos problemas que atingem o meio empresarial concorre, por certo, e em larga escala, a pesada carga tributária, imposta pela União, Estados e Municípios. São tributos, diretos e indiretos, que gravam de maneira impiedosa esses setores de produção, levando-os, em muitos casos, a ter que fazer dolorosa opção: deixar de recolher os impostos ou suspender as atividades da empresa.

A opção pela primeira alternativa fará com que o tributo não recolhido acabe sofrendo a incidência de multas, juros e correção monetária — o que torna ainda mais crítica a situação do empresário.

Por isso, não causa estranheza que, de tempos em tempos, o próprio Governo se sensibilize, abrindo a esses contribuintes a oportunidade de uma saída honrosa, o que faz, mediante a concessão de uma anistia fiscal.

Evidentemente, com tal procedimento não se quer simplesmente premiar o mau pagador, o devedor relapso, aquele que prima pela oportunidade e pelo descumprimento de seus compromissos.

Longe disso, uma anistia fiscal deve se caracterizar como um gesto extremo de boa vontade, calcado no reconhecimento de que, face a uma situação conjuntural, não apenas alguns, mas muitos contribuintes deixaram de satisfazer suas obrigações tributárias. E, como consequência, encontram-se sem condições de saldar seus débitos, principalmente porque estão engrossados por inúmeros encargos acessórios.

Daí, sem o intuito de praticar injustiça contra aqueles que, também à custa de sacrifícios, recolheram seus impostos em dia, a conveniência de se lançar mão desse amargo remédio muitas vezes se impõe, e se impõe, sobretudo, na hora presente.

De fato, as circunstâncias levaram centenas o ou, quem sabe, milhares de contribuintes àquela insuportável condição de devedores para com o fisco estadual. Condição evidentemente não desejada. Condição que aí está como decorrência de um conjunto de fatores que a todos atingem, embora a uns, mais, a outros, menos. Fatores que vão desde a inflação galopante até a escalada dos juros, sem esquecer a redução do poder aquisitivo que torna o consumidor cada vez mais reticente.

Tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, me levam a dirigir um apelo ao Governo do Estado, no sentido de que, atento à situação dos inúmeros contribuintes que não puderam recolher, no devido tempo, o imposto de circulação de mercadorias, lhes conceda uma anistia fiscal.

Esse é um apelo que reflete não apenas o ponto de vista deste Deputado, mas, em especial, os anseios de uma gama enorme de contribuintes, em sua grande maioria pequenos e médios empresários. A concessão de uma anistia, liberando o pagamento de encargos acessórios, resultaria, ainda, em benefícios para a própria administração, pois facilitaria a arrecadação de débitos tributários pendentes.

Nesse sentido, Senhor Presidente, é o requerimento que ora encaminho à Mesa, pleiteando do Senhor Governador do Estado, uma anistia fiscal para os devedores do ICM".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Não havendo mais

oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu França.

Passa-se para o Horário das Lideranças, transferindo-se a inscrição do Deputado Tadeu França. Concedo a palavra ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Pela Ordem Sr. Presidente, o último inscrito no Pequeno Expediente foi o Deputado Ivan Gubert, do Partido da Frente Liberal, conseqüentemente eu solicito que Vossa Excelência respeite a ordem da inscrição dos Horários das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa informa que o Pequeno Expediente já inspirou.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Conseqüentemente Vossa Excelência deve ceder o Horário da Liderança ao Partido que ocupou por último o Horário do Pequeno Expediente, que é a Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Procede a questão de ordem. A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal o qual fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estranho a atitude do eminente Deputado Rubens Bueno, em que faz um comentário sobre exigência do PFL.

Estranho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque é sabido que por ocasião das eleições para Presidente da República, o PMDB não tinha número suficiente para vencer as eleições de 15 de novembro passado. E se só conseguiu foi graças a Aliança Democrática, da qual teve a participação o Partido da Frente Liberal e Organização. E passado as eleições, o nosso Presidente de Honra do Partido, Ministro Aureliano Chaves, perguntou ao ex-Presidente Tancredo Neves, se ele julgava que a Frente Liberal foi decisiva no resultado das eleições, e a resposta foi que, evidentemente, sem a Frente Liberal o PMDB não teria chegado ao Poder.

Daqui do Paraná votou o número de Deputados do PMDB e da Frente Liberal. É natural que após a posse do novo Presidente, vigorasse a Aliança Democrática. Por isso, não vejo fisiologismo nenhum quando a Frente Liberal pede os direitos de participar da administração. Não pede emprego. Direito para evitar que aconteça o que vem acontecendo em muitos setores, como a perseguição política, quando assume o Diretor de um determinado setor, e procura eliminar os demais, não da atendimento aos municípios.

O que nós queremos é o direito proporcional de participação. De participação de uma administração séria, dando a nossa contribuição naquilo que nos couber. E na proporcionalidade foi que nós pedimos, e no encontro com Sua Excelência, o Presidente José Sarney disse que dentro do critério de honradez e probidade que a Frente Liberal fizesse as indicações, para determinados cargos. É evidente, nós não poderíamos fazer em seguida e voltamos ao Paraná, para reunir e discutir nomes, e verificar currículos para poder contribuir, e não para pleitear cargos, não para nomear, porque era este ou aquele mais amigo, mas, aquele que pudesse bem desempenhar a função.

A Frente Liberal fez a indicação entregue ao Sr. Ministro

Chefe da Casa Civil, por orientação do Sr. Presidente da República. Por isso, eu estranho quando o nobre Deputado faz críticas, e falando em fisiologismo. Fisiologismo, eu acredito é aquele que quer manipular e pensando no comando político, que tanto foi criticado no passado, e que vem tão intensamente sendo exercido.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, na ausência do Deputado Rubens Bueno no plenário, eu talvez interpretasse as colocações do nobre Deputado Rubens Bueno nas seguintes condições: 1º lugar: a Frente Liberal com o PMDB, num determinado momento histórico da Nação, compuseram a Aliança Democrática como forma, primeira, de eleger o futuro Presidente da República à época; 2º lugar: de dar sustentação política a esse Governo, num momento de transição.

Se nós avaliamos os votos daqueles que aderiram ao processo, formando o Partido da Frente Liberal no Paraná, à época em que ainda tinha como certa a vitória do candidato do PDS, não vamos constatar a presença de apenas três Deputados Federais. Depois, quando já estava consagrada a vitória de Tancredo Neves, José Sarney, muitos evidentemente, passaram a participar do processo. Não na hora em que se constituiu a Aliança Democrática, como forma de fazer frente ao regime arbitrário.

Segundo lugar, que era necessário resgatar, nobre Deputado, que a Aliança Democrática não se formou única e exclusivamente, para eleger Tancredo Neves - José Sarney. Foi uma aliança que se propôs a dar sustentação ao Governo de transição. E Vossa Excelência mesmo percebe que no Paraná especificamente, e aqui mais especificamente na Bancada Estadual do Paraná, não há sustentação ao Governo Federal de José Sarney.

Esta Casa está com seus Anais repletos de críticas constantes ao Governo da Aliança Democrática, da qual Vossas Excelências também fazem parte.

Em terceiro e por último, nobre Deputado, eu acredito que se nós levantarmos hoje, os cargos de terceiro escalão do Paraná, a Frente Liberal tem mais cargos do que o próprio PMDB. Note-se que a permanência de muitos nesses cargos, estão permanecendo advindos da Velha República pela sustentação do PFL.

E outra, que esta seria a opinião particular. Creio no direito da Frente Liberal de participar da Aliança Democrática, fazer indicações para cargos. O que eu não concordo, nobre Deputado, e tenho certeza, pela formação de caráter de Vossa Excelência, é que aconteçam os fatos que estão acontecendo. O INAMPS no Paraná, o INPS no Paraná, no dia da posse do seu representante, já se falava na sua substituição. Quando se estava cinco horas da tarde colocando o Coordenador do INCRA, na sua função no Paraná, em substituição, os jornais e os próprios parlamentares da Frente Liberal já relacionavam o INCRA entre os cargos que seriam indicados.

Eu acho que nisto, alguém está errando. Ou estes cargos são da Frente Liberal, ou o Governo não deveria sequer ter nomeado. Porque não acredito que seja válido, que se tome o homem público, que coloque numa função para dez dias depois manter a pressão sobre o mesmo de que ele possa ser substituído e até porque ele não vai deslanchar no seu serviço com essa espada em cima da sua cabeça. Acho que devíamos nos organizar em cima disso, vermos na realidade o que interessa ao Paraná e vermos uma coisa: em nome da Aliança Democrática e em nome da Nova República darmos sustentação ao Governo nesse período de transição e respaldo político para que as pessoas nomeadas nos cargos do Paraná possam, na verdade, deslanchar, fazendo o trabalho que todos nós que compomos a Aliança nos propusemos a fazer.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vou responder o aparte de Vossa Excelência. Vossa Excelência disse bem. A Aliança Democrática não foi simplesmente para eleger o PRESIDENTE DA REPÚBLICA, mas para dar sustentação política ao Governo.

Vossa Excelência faz referências que na época o número de Deputados da Frente Liberal era menor. Eu faço referência aos oito Deputados Federais que estão lá dando sustentação política ao Governo.

Eu, como Deputado Estadual não fiz indicação alguma. Por deferência da Bancada Federal, que ouviu a Bancada Estadual em reunião, pediu opinião e fez consultas. Mas, são oito Deputados dando sustentação política ao Governo.

E quando Vossa Excelência diz que esta Casa está repleta de pronunciamentos, que não dá sustentação política ao Governo, eu creio que se Vossa Excelência manusear os Anais da Casa, Vossa Excelência poderá verificar que os ataques ao Governo são muito maiores por parte do PMDB. E a Frente Liberal até agora não tinha obrigação de fazer defesa do Governo, porque até agora não recebeu nenhuma participação como aliada, nenhum reconhecimento.

Nas vindas do Ministro ao Paraná jamais foi comunicado ao Partido oficialmente. Na vinda do Presidente da República, recebi um convite pessoal de um funcionário do Palácio.

Eu não vejo porquê nós tínhamos obrigação de fazer a defesa. O PMDB, sim, que está comandando em todos os cargos, a Frente Liberal não fez nenhuma indicação para o terceiro Escalão. Agora sim, vamos fazer de acordo com a proposta do Presidente da República.

E se nós fizemos a indicação foi segundo a informação, também do Ministro Chefe da Casa Civil, de que esses cargos, inclusive do INPS, que se foi nomeado indicação não partiu da Casa Civil e que se não partiu eles não tinham responsabilidade de manutenção.

O Sr. Ivan Gubert - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, inicialmente, cumprimentou-me pelo pronunciamento e gostaria de complementar, dizendo o seguinte: realmente, a Frente Liberal, como Frente Liberal constituída, não participou da Aliança Democrática. Mas, Deputados Federais, que hoje fazem parte da Frente Liberal, participaram da Aliança Democrática. E a Aliança Democrática, quando foi constituída, não o foi somente para eleger um Presidente da República e um Vice-Presidente da República. Foi, principalmente para sustentar uma administração que pretendia fazer transformações. E transformações são políticas e administrativas.

As transformações políticas são feitas com o respaldo do hoje Partido da Frente Liberal. E as administrativas, também só poderão sê-lo feitas com a participação do Partido da Frente Liberal.

Eu estava com Vossa Excelência, Deputado Gilberto Carvalho, na audiência com o Presidente José Sarney, quando ele disse que fazia questão de ver a Frente Liberal do Paraná integrada na administração do seu Governo. E foi ele o Presidente José Sarney quem disse que daria treze cargos à Frente Liberal, para indicações de pessoas com competência e ligadas ao nosso partido.

Nós não fomos lá fazer qualquer reivindicação, nem Deputados Estaduais, nem Deputados Federais.

Mas, fomos como um partido, como um todo, ouvir o Presidente. E quanto ao aspecto de críticas que foi levantado pelo nobre Líder do PMDB, críticas é uma necessidade. Nós, as poucas críticas que fazemos ao Governo, são sempre críticas construtivas.

Estariamos em falta com o Governo se não criticássemos, pois as nossas críticas sempre têm levado a auxiliar aqueles que estão na administração no sentido de melhorar e reparar as suas falhas.

Flores são as críticas do PMDB, que hoje se diz Governo, preocupado em não ser Governo, e não assumir as falhas do seu Governo, que fica se desculpando e criticando violentamente, sem sequer dar uma sugestão!

Era a minha colocação, Senhor Deputado.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Apenas reforçando, nobre Deputado, o que está sendo dito aqui, e discordo do Deputado Líder do Governo, Caio Quintana, com referência às críticas.

Se a Nova República é aberta, nós temos o direito a fazer crítica, mas, as maiores críticas, são feitas pelo próprio Partido da Oposição e vou dar dois exemplos:

Estamos vendo agora, nova movimentação da Associação dos Municípios do Paraná, onde, todos os Prefeitos estão querendo fazer uma nova marcha a Brasília para cobrar, do Senhor Presidente da República, a Reforma Tributária, coisa prometida em campanha e, também, não realizada pelo Governo da Nova República! E como ele falou na área da Previdência que é uma área que nos toca a fundo, eu tenho a relatar aqui, que a Previdência no Paraná, está totalmente inerte, pois, em cinco meses de Governo do PMDB, já conseguiram fechar vinte e cinco representações do FUNRURAL nos municípios paranaenses, coisa que é uma lástima e que o nosso trabalhador rural não está sabendo onde pegar a sua assistência médica, e a sua aposentadoria!

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado.

É evidente, Deputado, que, eu não vim à Tribuna, para criticar a posição do nobre Deputado e meu amigo. Rubens Bueno, mas não poderia concordar com essas colocações; nós, como Deputados da Oposição, lamentamos que ainda fique o resquício da eleição de 82, prejudicando o que muito precisa o Presidente, a união, o entendimento, para auxiliar a sua administração. Eu não procuro, nunca, no interesse pessoal, ou qualquer cargo, três anos de Governo já se passaram e eu não fui ainda ao Palácio Iguaçu. Eu utilizo, desta tribuna concedida pelo povo que me elegeu para esta Casa, utilizo-me, Senhor Presidente, dos direitos que temos de reivindicar em favor da região que representamos, em favor do povo paranaense!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás, nós procuramos uma audiência com o Sr. Governador do Estado. Infelizmente, o Sr. Governador não recebe os seus opositores!

O Sr. Caio Quintana - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu nem dei início ao meu raciocínio, Vossa Excelência já quer tumultuar!?

O Sr. Caio Quintana - Mas é bom se resta-

belecer a verdade logo quando ela é dita!

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Sua Excelência o Governador, não recebe os seus opositores! Muitas das vezes até marca as audiências e, nas vésperas das mesmas manda cancelá-las, por motivo de viagem - sempre viagem!

O intuito da nossa audiência seria, trocarmos algumas idéias com referência ao intercâmbio comercial existente entre a Nação Brasileira e a Nação Paraguaia. Infelizmente, tive que fazer a denúncia via imprensa, coisa que não desejávamos.

Ao procurarmos, durante a nossa caminhada política como candidato a Prefeito em Foz do Iguaçu, deparamo-nos com uma situação infelizmente triste, para nossa fronteira: as exportadoras e o comércio de Foz do Iguaçu, estão em 80% parados, porque a nossa clientela é 80% de paraguaios; chegamos a assistir a triste situação de encontrar os empregados no comércio e na exportação de Foz do Iguaçu, de braços cruzados o dia inteiro!

Interessados como sempre fomos, graças a Deus, pelo desenvolvimento comercial de Foz do Iguaçu, procuramos o Cônsul paraguaio representante daquela Nação, em nossa cidade, levamos conosco três Vereadores, dois do PDS e um do PMDB. A direção da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, representantes da exportação e do comércio, e lá fomos trancados em uma sala e assistimos a um grande filme, de uma palhaçada com os artistas -- Derci Lima, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu e Nilton Friedrich, Secretário do Interior.

Por ocasião da segunda jornada de solidariedade ao povo paraguaio, o Senhor Nilton Friedrich que ainda pensa que é oposição e o Prefeito de Foz do Iguaçu como é considerado "pavio curto", em nossa cidade, irresponsavelmente, usaram da palavra não para serem solidários com o povo da Nação vizinha, mas sim, para ferirem com suas palavras irresponsáveis, a soberania de uma Nação amiga, que de há muitos anos estamos com relações amistosas,, quer no campo da comercialização, quer no campo sócio-político e até mesmo pelos brasileiros em mais de quatrocentas mil famílias que residem no Paraguai, ajudando o desenvolvimento da Nação vizinha.

Não nos referimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aos Deputados de outros Estados que lá se pronunciaram, aos exilados políticos do Paraguai, porque eles, em sus pronunciamentos, não procuraram de maneira alguma, ferir as leis da Nação vizinha.

Não estamos aqui para defender o Governo da Nação paraguaia, em absoluto, até somos solidários ao seu povo, como nos re-

ferimos há dias atrás pela imprensa do nosso Estado, mas contrário fiquei, ao Secretário de Estado que acredito quando fala, fala em nome do Governo do Estado e tem que ter responsabilidade nos seus atos. Porque o próprio Governador José Richa, nunca usou do seu cargo para tentar interferir na soberania de uma Nação vizinha. O próprio PMDB não entendeu a função do Governador, quando compareceu a Foz do Iguaçu para a posse do ex-Governador Ney Braga na Itaipu-Binacional, sendo contra ou não à nomeação do Governador Ney Braga na Itaipu-Binacional. Há de se entender que a presença do Governador José Richa é para cumprir com o cerimonial do seu Governo e do seu Estado.

E o Secretário Nilton Friedrich, com suas palavras imaturas, prejudicou o comércio de nosso Município. O Prefeito Municipal respaldado pelo Secretário, ajudou a tumultuar um processo amistoso que temos entre ambas as Nações. Mas o interessante é que à semana passada, eu estava aqui e o Deputado Sérgio Spada, não procurou da tribuna deste Parlamento, defender Sua Excelência, o Secretário de Estado.

Na minha ausência, em campanha em Foz do Iguaçu, ao abrir os jornais, encontrei o Deputado Sérgio Spada e o Deputado Fiori Luiz defendendo Sua Excelência, o Secretário Nilton Friedrich. Espanta-nos porque o Deputado Fiori Luiz não entende nada de comércio de fronteira, porque sempre em seus pronunciamentos, demonstra ser um tumultuador e quase que um terrorista, e o Deputado Sérgio Spada, em vez de se preocupar com a cidade que lhe deu o mandato, preocupa-se em apaniguar os contrabandistas da Região, em detrimento aos comerciantes que pagam os seus impostos em dia.

Por que defender os contrabandistas? Porque a campanha do candidato a Prefeito em Foz do Iguaçu, pelo PMDB, está sendo financiada - e a população sabe - pelos contrabandistas da fronteira em Foz do Iguaçu. A própria Receita Federal já tem conhecimento dos fatos, mas a Nova República não toma as providências.

Mas entendemos e pensávamos que o Governo do Senhor José Richa era constituído por homens sérios em suas Secretarias, mas demonstra não ser, tanto é que o Secretário de Administração, José Olímpio, ao receber uma denúncia minha oficial, pela Assembléia Legislativa contra as corrupções que o Coordenador do IPE em Foz do Iguaçu, médico-chefe do IPE, Sérgio Walbak, vem promovendo corrupção no desvio dos doentes para o seu hospital em detrimento aos demais hospitais que têm convênio com o IPE, enviou-me uma carta, uma correspondência onde me afirmava que o médico Sérgio Walbak seria demitido em noventa dias. Já faz cento e cinquenta dias

e o corrupto continua no seu cargo.

Pode-se entender seriedade num Governo dessa categoria? Nós não podemos entender assim porque os corruptos...

O Sr. Caíto Quintana- Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - O Senhor Líder, se contenha porque na hora que eu de-sejar, darei o aparte.

O Sr. Caíto Quintana- Mas, Vossa Excelência está gastando o seu tempo e falando um monte de coisas que não são verdadeiras e não aceita o debate.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Mentiroso é Vossa Excelência.

O Sr.Caíto Quintana- Eu não falei nada. Quem está falando é Vossa Excelência uma quantidade de coisas que não são verdadeiras e não tem coragem de enfrentar o debate.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência, na condição de candidato, quer fazer média na Assembléia Legislativa, mas não quer enfrentar o debate.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Aqui não tem eleitores meus.

O Sr. Caíto Quintana - Não tem, mas Vossa Excelência tem vontade que a imprensa diga as inverdades que Vossa Excelência está citando na Assembléia da tribuna.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem).
Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que assegure a palavra ao orador que está na tribuna, e que os mal preparados para o exercício da função parlamentar aguardem, de acordo com o Regimento Interno, a vez para o aparte.

.O Sr. Caíto Quintana- Eu peço o aparte a Vossa Excelência para podermos discutir.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, tenho em meu gabinete a correspondência do Secretário da Administração que o Líder, tentando tumultuar o nosso pronunciamento, diz não ser verdadeira. Está aqui a fita de vídeo-cassete (mostrando a fita da tribuna) que convido Sua Excelência, Senhor Deputado Líder do PMDB para ver o pronunciamento irresponsável do Secretário Nilton Friedrich e do Prefeito de Foz do Iguaçu.

O Sr. Caíto Quintana- Na opinião de Vossa Excelência, o Deputado Nilton Friedrich é o Deputado mais votado lá.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Ainda mais, Senhor Presidente, a demonstração da irresponsabilidade dos que estão nomeados pelo Governador José Richa, é tão grande que o Prefeito "Biônico" de Foz do Iguaçu, dias atrás, tentando conseguir dinheiro para o caixa da Prefeitura, para gastar na campanha do seu candidato, mandou a fiscalização no comércio pobre da periferia de Foz do Iguaçu autuar todas as casas comerciais abertas aos domingos. E o PMDB, preocupado com a eleição do seu candidato, foi até o gabinete do Prefeito e pediu que deixasse que a fiscalização autuassem a partir do dia 16 de novembro. O Prefeito foi até a imprensa local e disse que talvez fossem fiscais "fantasmas", possivelmente encaminhado pelo candidato do PDS, para desestabilizar a campanha do seu candidato e a sua administração.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Os comerciantes da periferia foram ao nosso comitê levando cópias das autuações e ainda dos seus devidos pagamentos ao caixa da Prefeitura e me perguntavam: Deputado, fiscais "fantasmas" têm o direito de autuar e receber do caixa da Prefeitura as autuações?

Este é o Governo mais irresponsável, mais imaturo, que já vi na Prefeitura de Foz do Iguaçu: o do biônico Percy Lima e Sua Excelência, Sr. Líder, que tenta querer tumultuar o nosso pronunciamento em defesa de dois irresponsáveis, como consta aqui nesta fita, Sr. Presidente, Vossa Excelência tem demonstrado ser um homem responsável, gostaria que Vossa Excelência tomasse as providências necessárias, porque já que o Governador não tomou, vamos encaminhar esta fita comprobatória das palavras do Secretário e do prefeito, até Sua Excelência, o Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senhor Líder.

O Sr. Caíto Quintana- Em primeiro lugar, Senhor Deputado, o fato de não ter recebido Vossa Excelência e por isto pedi o aparte no início, foi mera impossibilidade de pauta do Governador, porque muitos Deputados de sua bancada já foram recebidos pelo Governador. Segundo, o Deputado Nilton Friedrich, hoje investido da situação de Secretário de Estado, é o Deputado Federal mais votado de Foz do Iguaçu, e não é por estar investido na situação de Secretário de Estado que não possa expressar o que pensa a respeito do vizinho País, do Paraguai. E necessariamente o nosso ponto de

vista, sobre o regime autoritário do Paraguai, não precisa ser o mesmo seu.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Mas, não estou defendendo o regime...
(É retirado o som).

(Discursos paralelos dos Senhores Deputados Tercio Albuquerque e Caíto Quintana).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa comunica que está encerrado o seu horário.

Concedo a palavra à representação do PDT.

(Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra à representação do PMDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso o horário da Liderança do PMDB para ler o relatório da visita da Comissão Pró-Sem-Terras aos acampados do Sudoeste do Estado. (Lê):

"Em cumprimento à deliberação tomada pelos Presidentes das Comissões de Terras, Colonização e Migração, Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Comitê de Apoio à Reforma Agrária sediado em Curitiba, às quatorze horas do dia 26 (vinte e seis) de agosto próximo passado, chegava ao acampamento dos agricultores sem-terra de Chopinzinho a comitiva constituída por: Wilson Loureiro, representando a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; Antônio Andrade, representando o PC do B, Carlinhos Massolo, do Movimento dos Sem-Terra; João Carlos Torrens, do Sindicato dos Sociólogos, Lafaiete Santos Neves, do PT; Júlio Protzek, da ACARPA; Malu Maranhão, jornalista da "Folha de Londrina", e do Comitê de Solidariedade dos Povos da América Central; Maria Teresa Furlan Martins e Júlio Covello, do Jornal "Correio de Notícias"; José Antônio Fonseca, Deputado Estadual; Antônio Carlos Torrens, representante da Juventude do PMDB; Reni Antônio Denardi, do Núcleo de Engenheiros Agrônomos; Claus Magno Germer, ex-Secretário de Estado da Agricultura; Ilton Chemin, da Pastoral Operária; Sérgio Spada, Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Terras da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Sabino Campos, Deputado Estadual, representando o Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Paulo Furiatti e Tadeu França, Deputados Estaduais.

No acampamento do Município de Chopinzinho, sob toscas lonas e em condições de total insalubridade, estão vivendo duzentas e vinte e sete famílias de lavradores

sem terra, perfazendo um total de um mil, quatrocentas e quarenta e cinco pessoas oriundas dos Municípios de Verê, Dois Vizinhos, São João, Chopinzinho e São Jorge do Oeste. Através da comissão de negociação, os sem-terra de Chopinzinho que postulam para cultivá-las no sul do Estado receberam a comissão em maio a faixas que continham dizeres como: "CHEGA DE PROMESSA"! "QUEREMOS TERRAS, PAZ E JUSTIÇA"!

Foi unânime o reconhecimento de todos no sentido de que, se por um lado vêm recebendo apoio do Governo Estadual com relação à difícil sobrevivência nos barracos, por outro lado lamentam a proposta do Governador José Richa em adiar por sessenta dias o discurso sobre Reforma Agrária. Salientaram que são meritórios os esforços do Governo do Estado em ter iniciado o processo de reassentamento dos lavradores sem-terra do Paraná, mas afirmam que a morosidade com que está sendo viabilizada a proposta faz com que nem de longe o Governo Estadual chegue a acompanhar a angústia dos flagelados que já não reúnem mais forças para resistir ao dia-a-dia miserável dos acampamentos. Os acampados de Chopinzinho, que vêm recebendo ajuda com lenha até mesmo dos índios caigangues, estão sofrendo o drama de diarreia e outras enfermidades que, segundo eles, estariam ligadas à contaminação por agrotóxicos das águas das nascentes de que se utilizam. O quadro é desolador, mas a esperança da Reforma Agrária sobrepõe-se ao angustiante calvário de dores.

Na sequência da viagem, às dezoito horas, a comissão chegava ao acampamento dos sem-terra do Município de Salto do Lontra. Ali, 680 famílias, totalizando 2.500 pessoas, em região erma e distante do centro urbano, amontoam-se nas desgraças. Agricultores sem-terra oriundos dos Municípios de Realeza, Ampére, Nova Prata do Iguaçu e Salto do Lontra. Na acolhida, tendo à frente 80 homens de mãos dadas formando um círculo, constituindo a comissão de segurança, irrompeu forte uma voz de comando:

"Senhores políticos, resolvam os nossos problemas".

Amontoados no submundo da miséria, os sem-terra de Salto do Lontra informaram que têm recebido farinha e leite da Secretaria de Estado da Agricultura. Alegaram grande carência de medicamentos, tanto assim que estão tratando de suas enfermidades à base de remédios caseiros, tais como: cascas e folhas de plantas medicinais. Os flagelados ou são bóias-frias sem trabalho, ou arrendatários que tiveram seus contratos de arrendamento vencidos e a recusa de renovação por parte dos patrões. Afirmaram que a Reforma Agrária precisa sair da televisão e do papel e converter-se em realidade. Esperam e confiam numa solução que deverá surgir do Governo Esta-

dual. e do Governo Federal, para que o seu drama seja minimizado.

Em todos os instantes, os acampamentos do Sudoeste recusaram a externar qualquer desejo em termos de propostas de invadir áreas intituladas latifúndios improdutivos, externaram sim, sua confiança de que dentro dos prazos estipulados pelo Governo do Paraná, haverão de encontrar um caminho que possa vir a marcar o início de seus graves problemas.

Distribuídos em várias comissões, tais como a do bem-estar, religião, negociação, higiene, contatos externos, segurança, de lenha, de saúde, de serviço e de alimentação, os sem-terra revelaram-se decepcionados com a FETAEP, que para eles é aliada do latifúndio.

No Município de Marmeleiro, onde a comissão chegou às 11:45 horas do dia seguinte, sobrevivem também, a duras penas, 2.106 pessoas. Havia chovido e centenas de crianças e adultos sem agasalho, de pés descalços e enlameados, caminhavam à beira dos barracos. Os flagelados deste acampamento são oriundos dos Municípios de Francisco Beltrão, Planalto, Capanema, Barracão, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste e Marmeleiro. Entre eles, já poucos dias, registrara-se o falecimento da Senhora Lionete Macarini, de 30 anos de idade, deixando órfãos dois filhos pequenos. Por incrível que possa parecer, a vítima esvaiu-se em sangue e até à morte, por omissão de socorro em Francisco Beltrão, segundo alegaram os acampados. Acuados, portanto, pelo sofrimento, os sem-terra pediram insistentemente maiores cotas de alimentos e remédios, um e outro por seu turno, culminaram por exibir frascos de medicamentos com prazos de validade já vencidos e que segundo alegaram, teriam sido enviados pelo 8.º Distrito de Saúde de Francisco Beltrão. A certa altura, um sem-terra exibiu um pacote plástico de leite desnatado com data de 03 de janeiro de 85, reclamando que somente agora, é que chegava aos filhos dos sem-terra dos acampamentos, alegando que a diarreia freqüente entre as crianças estaria também ligada, além de problemas de alimentação aos fatores como estes que acabavam de relatar.

Em seguida, a comissão chegou à Fazenda Anoni, sendo acolhida em tosco rancho que, há dois anos, vem servindo de escola e capela para 5.300 posseiros. Angustiadados ante o boato, segundo a qual estaria próxima a decretação de despejo em função de um mandado judicial, os Parlamentares presentes procuraram tranquilizar os posseiros, lembrando que o Governador José Richa em postura de compromisso com os sem-terra, embora houvesse sido decretado em termos de sentença uma determinação do Superior Tribunal de Recursos, determinando despejo dos posseiros, mesmo

assim o Governador do Estado sempre se recusou a liberar a Polícia do Estado para cumprir operações de despejo contra eles.

Os posseiros, que apenas no último ano produziram nada menos que 40 mil sacas de feijão, 130 mil sacas de milho, 3.600 sacas de soja e 11 mil sacas de arroz no antigamente improdutivo latifúndio de Anoni, dividem com os acampados à beira da estrada parte da sua produção, cultivam hortas comunitárias e viveiros, apoiam os acampamentos dos sem-terra, e são também por eles apoiados, com particular atenção, lembraram os posseiros de Anoni, o assassinato do seu Líder João de Paula, alvejado por ignoto capataz a serviço do latifúndio, tão logo chegaram a Anoni.

A derradeira visita da Comissão foi ao acampamento Gaúcha II, ainda no Município de Marmeleiro. Há mais de seis meses, que estão vivendo sob a lona da miséria. Na tentativa de encontrar espaço, eles ocuparam recentemente um latifúndio abandonado, de propriedade do Banco do Estado de Minas Gerais, no Município de Renascença. Através de interlocutores que articularam promessas vãs de proposição prioritária de reassentamento na área, desde que a desocupassem pacificamente, o BEMGE vendeu rapidamente boa parte da área. Os sem-terra retornaram, ocuparam um pedaço de chão que ainda não foi negociado, mas de lá foram arrancados à força pela polícia e "curti-ram atrás das grades" os anseios por um pedaço de chão a ser cultivado.

Foram estes os relatos apontados pelos "SEM-TERRA" do acampamento gaúcha II.

Em todos os acampamentos, a comissão pró-sem-terra hipotecou solidariedade aos flagelados. A Causa deles haveria de ser também a nossa causa. Anotadas as reivindicações de alimentos, agasalhos e remédios, a comissão se propôs a tudo realizar junto aos setores competentes do Governo do Estado, para viabilizar melhores condições de vida aos flagelados. Enfatizou a comissão que a solução do problema que, hoje, abrange nada menos que 32.000 pessoas no Sudoeste, efetivamente será impossível sem o apoio concreto do Governo Federal.

Ficou ainda definido entre os objetivos, a tentativa de um encontro com o Governador José Richa, para se aprofundar a discussão em torno do aflitivo drama dos sem-terras. Entidades e Parlamentares, dentro de suas esferas de atuação, haverão de levantar bem alto a bandeira do "Reassentamento Já", dentro, efetivamente, das normas do possível. Por unanimidade, quando ouviram dos sem-terra o seu propósito de, a partir de 3 de setembro próximo vindourou, acampar em frente ao INCRA de Francisco Beltrão, ou de bloquear a mais importante Rodovia do Sudoeste, no próximo dia 06 de setembro, afirmaram os integran-

tes da comissão o pacto de que, embora os caminhos de luta dos sem-terra tenham que ser definidos somente por eles, e por mais ninguém, até mesmo porque a Comissão para lá não se dirigiu de forma alguma, para orientar em termos de quaisquer estratégias de lutas a bandeira que está sendo levantada pelos sem-terra.

De qualquer forma, todos foram unânimes em afirmar que haverão de ser solidários e apoiar todas as justas bandeiras levantadas em assembleias da enorme espécie de lavradores sem-terra do Sudoeste paranaense.

Finalmente, na madrugada de 28 de agosto próximo passado, a Comissão Estadual Pró Sem-Terra chegava de retorno à Capital do Estado.

Curitiba, 28 de agosto de 1985"

Era o que tínhamos a relatar, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Concedo aparte ao Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Ilustre Deputado Tadeu França, primeiramente para parabenizar Vossa Excelência e os demais membros dessa Comissão, pelo importante trabalho, trabalho sério que realizaram, indo conhecer pessoalmente a situação dos sem-terra.

Mas, apenas para expressar a solidariedade a Vossa Excelência, porque li no jornal que Vossa Excelência e os demais membros foram ao Palácio Iguazu falar com o Governador José Richa, e teriam sido barrados, impedidos de falar com o Governador, para apresentar este extraordinário relatório. Se for verdadeiro o que li, eu, mais uma vez, hipoteco a minha solidariedade a Vossa Excelência de qualquer forma, parabéns por este trabalho de apoio aos SEM-TERRA.

O Sr. Tadeu França - Era só, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinato e Orlando Pessuti constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

✕ EM VOTAÇÃO - 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto, ressalvada as Emendas. **Aprovada, artigo por artigo.**

Vou submeter a votação as Emendas:

Emenda de n. 01, da Comissão Especial (Lê) - **Aprovada**

Emenda de n. 02 (Lê) - **Aprovada.**

Emenda de n. 03 (Lê) - **Aprovada.**

Emenda de n. 04 (Lê) - **Aprovada.**

Vou submeter a votação as Emendas de Plenário.

Primeira emenda de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. (Lê) - **Em votação. Rejeitada.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

30 Senhores Deputados responderam a chamada.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votação nominal para a Emenda n. 01 ao Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. **Aprovado.**

Vai se proceder a votação, através da chamada nominal dos Senhores Deputados para a emenda n. 01. Os Deputados que aprovarem a emenda, responderão "sim", e os que não aprovarem, responderão "não".

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu consulto a Mesa. Senhor Presidente, se há possibilidade ainda de encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em fase de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar então, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A emenda que apresentamos, considero das mais justas uma vez que nós conhecemos: o Governador do Estado que exerça o mandato em caráter efetivo, por um mês que seja, ele tem direito a uma aposentadoria vitalícia. Os Parlamentares embora contribuam, uma contribuição bastante elevada, mas também têm uma garantia. E o Prefeito que exerce o mandato durante quatro ou seis anos, no final do seu mandato, prefeito do município às vezes pequeno e que não tem condições nem de adquirir uma condução para se locomover, entrega o município e sai sem qualquer recurso. Candidatos a prefeito que disputam uma eleição, na sua vontade de dar a contribuição ao município que muitas vezes ele ajudou a criar, conheceu ou foi o fundador, quer dar a contribuição a sua administração e enfrenta uma campanha política das mais difíceis.

O município é pequeno e no final do seu mandato ele sai quase que sem recurso, vendendo todos os seus bens e sem condições de sobrevivência para si e sua família.

Como exemplo, posso citar alguns que eu conheço: o primeiro prefeito do Município de Fênix — está lá — trabalhando de “bóia-fria”, sem qualquer recurso, Prefeito que lutou, que construiu a sede própria da Prefeitura, deu uma estrutura na primeira Administração e, hoje, está lá passando necessidades e privações; o Prefeito da minha cidade, o primeiro Prefeito que hoje já não mora mais no Paraná, pretendia ir para São João da Boa Vista onde tem os seus parentes que poderiam auxiliá-lo, encontra-se doente, sem recursos, e com filhos menores, foi preciso que recorresse a mim para que lhe desse a passagem para ele ir a São João da Boa Vista, onde vive, lá, com a sua família, porém, às expensas de seus irmãos porque não tem recurso algum e se encontra doente.

Assim, muitos outros.

Argumentam alguns dos Senhores Deputados que, alguns municípios como Londrina, como Guarapuava, seus Prefeitos recebem um subsídio vultoso e que, isso iria onerar em muito, suas Prefeituras. Por que não, então, fixar um valor máximo para essa aposentadoria de Prefeito? Quantos Prefeitos que, no exercício do cargo vêm a falecer, deixando a família em condições de miséria? Como exemplo, cito o Município de Jardim Alegre cujo Prefeito faleceu, e a sua família encontra-se em Foz do Iguaçu morando numa casa popular e sem condições de pagar a prestação da mesma, e que agora, com esse reajuste, deverá perder a casa em que habita.

A nossa proposta é que, ao Prefeito que vier a falecer no exercício do cargo, seja concedida, à viúva, uma pensão equivalente a 50% dos subsídios.

Para fazer jus aos benefícios desta Lei, fica vedada a acumulação de qualquer outro rendimento de fonte pública. Para isso quero justificar que eu, que também fui Prefeito, não estou legislando em causa própria porque, com este artigo, fico excluído de qualquer direito à aposentadoria.

É preciso nós analisarmos que, no Paraná, trezentos e dez são os Municípios dos quais tiramos aí cinquenta Municípios maiores, em que o Prefeito tem o subsídio à altura, os

demaís Municípios pequenos, o Prefeito luta com dificuldades os seus quatro anos, e vencido esse tempo, a humilhação e a dificuldade que, muitas vezes, passa na sua cidade.

Eu poderia citar uma série de Prefeitos que nós conhecemos, por isto eu faço um apelo aos Senhores Deputados, que, estudem, que atentem bem para esta Emenda, que é de justiça.

Se o vencimento de Prefeito tem por base a arrecadação do Município, se o vencimento de Prefeito tem, por base, as condições do seu Município por que não dar proporcionalmente, uma vez que também ao Governo do Estado é assegurada essa aposentadoria? Por isto, faço um apelo aos nobres Senhores Deputados, que atentem para esta Emenda que é da maior justiça, de atendimento aos Prefeitos.

Mas, para não voltar, Senhor Presidente, a esta tribuna, fiz referência também, a este Projeto de Lei Complementar da Lei Orgânica dos Municípios, onde, no Artigo 22 é estipulado que, o “Município a ser criado fica na obrigação de constar no seu primeiro Orçamento, recurso para indenizar o Município de origem de débitos assumidos pelo Prefeito de onde foi desmembrado. Daquilo que foi aplicado em benefício de ambos os municípios. É um verdadeiro abuso.

Quando, há poucos dias, nós discutíamos no município a criação de município, eu disse da dificuldade que tem a sua comunidade, da instalação, dos primeiros passos de um município. E a resposta que eu ouvi foi de que vão lutar com dificuldade, mas pelo menos começam sem dívida. E esta Lei Orgânica, já propõe o município ao nascer, com um débito, com responsabilidade para o município de origem. É como a criança, ainda, no ventre da mãe, já assume compromisso em nome dessa criança.

Por isso, estou pedindo, também, a supressão desse artigo 22.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Nós estamos votando nesta Casa, um projeto reclamado, há muito tempo, pelas Prefeituras Municipais, que é a Organização dos Municípios.

Esta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, compôs uma comissão formada por Deputados de todas as Bancadas para estudar, detidamente, esta organização, e para apresentar as emendas necessárias para que pudéssemos ter aqui, um estudo aprofundado a respeito das condições a ser implantada a nova Lei Orgânica dos Municípios.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e data vênica, nobre Deputado Gilberto Carvalho, Vossa

Excelência, na sustentação da sua emenda colocou inicialmente duas coisas perfeitamente distintas. Porque Vossa Excelência defende a emenda, aqui denominada Emenda n.1 e ao mesmo tempo fala do problema de prefeitos que faleceram no exercício do mandato e que as viúvas ficaram pobres e sem condição de sobrevivência. Acho que são coisas distintas, perfeitamente distintas, até porque existem emendas na Lei Orgânica que ressalvam que o Prefeito no exercício do seu mandato — no

exercício do seu mandato - venha, a viúva, a perceber algum percentual de vencimento.

No entanto, veja bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós estamos profissionalizando a condição de Prefeito Municipal. Estamos fazendo do cargo de Prefeito Municipal uma profissão, um ônus para a população do município. O artigo 1.º da sua emenda, Nobre Deputado, fala que "cessada a investidura no cargo de Prefeito, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus a título de representação uma remuneração mensal e vitalícia iguais ao subsídio do Prefeito." Mas, será possível que o Município vai suportar, municípios pequenos que têm dificuldade de pagar a folha de pagamento dos seus funcionários ativos, venha pagar o vencimento de todos os ex-prefeitos que o município tiver.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, talvez politicamente a sustentação por parte nossa da rejeição dessa emenda não seja politicamente a melhor atitude. No entanto, nesta Casa, temos a obrigação de legislar sobre as coisas que possam, na verdade, ser justas. Nós estamos, inclusive, desestimulando o exercício político do Prefeito Municipal investido numa função pelo voto do povo. Porque notem bem, basta o fato de uma pessoa ser eleito prefeito no município, não precisa nem sequer dar muita importância ao seu mandato, não precisaria nem sequer granjear a simpatia e o respeito dos seus munícipes, para poder continuar trilhando na vida pública, porque ele teria a certeza que apenas com quatro anos de mandato de prefeito, estaria aposentado para o resto da vida às custas dos cofres públicos do município.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acredito que se nós, por um lado, estamos procurando dar uma condição ao ex-prefeito, por outro lado, estamos jogando um ônus pesadíssimo sobre os ombros dos trabalhadores do município que pagam imposto. Se nós temos algumas exceções para serem constatadas de pessoas que exercem o cargo de Prefeito e que hoje tem condição de vida difícil, nós podemos ver centenas de outros trabalhadores que também já tiveram atividade e que hoje, pelo desemprego, encontra-se em situação difícil de viver. Mas, a Prefeitura não é emprego: é uma atividade político-administrativa para o qual um cidadão vai prestar para a sua comunidade, durante um determinado tempo, a sua capacidade em defesa do bem público. Eu não vejo forma de podermos sustentar uma aposentadoria em quatro anos.

Daria uma sugestão. Tem saída, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Poderia se criar um fundo de contribuição dos Prefeitos Municipais para que, depois de deixarem o mandato, pudessem receber desse fundo o que eles mesmos, durante os anos de mandato, houvessem contribuído. O FEPPA, aqui nesta Casa de Leis, é uma prova evidente, pois com cinquenta e oito Deputados, estamos recolhendo do nosso vencimento para podermos um fundo quando da não eleição.

São mais de trezentos prefeitos no Estado do Paraná que poderiam criar um fundo semelhante para poder ter uma sustentação após o instante em que deixem a Prefeitura enquanto não tiverem investido no outro cargo. Mas, não acho justo que se jogue sobre a população, sobre o trabalhador que tem tantas prioridades um pagamento vitalício para alguém que tenha pura e simplesmente exercido um mandato durante quatro anos por delegação do voto que o povo lhe deu.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Nobre Deputado, se nós remontarmos dos tempos, nas Constituições Estadual e Federal, existe e nós temos um Governador, nós temos um Presidente, e nós temos já na "praxi" brasileira talvez até uma aplicação que

nos dias de hoje, sofresse rejeição por parte de todos nós. Mas não é na colocação de acharmos que é injusto para o Governador e para o Presidente da República que venhamos a cometer o mesmo erro colocando isso na lei para os municípios.

Eu peço, Nobre Deputado, que Vossa Excelência mesmo reflita nas condições dos pequenos municípios do Paraná que não conseguem sequer manter o número de funcionários necessários para poder desempenhar as funções administrativas do Estado, trabalhadores regidos pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público como profissão. Prefeito Municipal não é profissão, nobre Deputado. Terminado o seu mandato, ele poderá trilhar a sua carreira política, não significa que ele não tenha uma profissão anterior quando ele entrou na Prefeitura e não significa que não possa ter uma outra profissão quando deixar a Prefeitura.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Lamento não poder atrapalhar Vossa Excelência mas a Reforma Tributária é a solução.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Mas eu gostaria que Vossa Excelência refletisse que esta Emenda de Vossa Excelência, na verdade, não pode ser aprovada nesta Casa, embora seja politicamente difícil para defendermos, porque na verdade nós estaríamos dando para quem exercer quatro anos a função de prefeito uma aposentadoria vitalícia, o que sem dúvida alguma seria cobrado pela população na Lei que nós estamos votando neste momento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto que ora se discute foi fruto de um trabalho profundo que levou praticamente seis a oito meses para ser redigido o esboço desse Projeto.

Uma vez feito este trabalho, eu como autor deste projeto, tive o cuidado de abrir discussão, a mais ampla possível, com os Senhores Prefeitos do Paraná e com os Senhores Vereadores do Paraná, através das suas associações. Inclusive, com reuniões microrregionais, onde tivemos a oportunidade de ouvir os Senhores Vereadores e os Senhores Prefeitos. Isto quer dizer o seguinte: que a redação final deste projeto foi fruto do consenso dos Prefeitos e dos Vereadores do Estado do Paraná. E devo declarar aos Senhores que em nenhum momento, em nenhuma reunião desta ordem que foi realizada, mais de dez, nenhum Prefeito, nenhum Vereador, reivindicou o que pretende o ilustre e nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Este é um aspecto.

O segundo aspecto, me causa dúvida quanto à constitucionalidade desta emenda. Disse bem o ilustre Deputado Caíto Quintana: o cargo de Prefeito não é o emprego público. Ele não é funcionário público regido por um estatuto. Ele tem um mandato previsto por lei. E quer nos parecer que muito embora o ilustre autor da emenda tenha tentado justificar da tribuna, não cabe a esta Assembléia legislar sobre a matéria como ela está colocada.

E, mais ainda, depois do consenso obtido entre Vereadores e Prefeitos, uma comissão especial de Senhores Deputados estudou detidamente este projeto por mais de três meses e apresentou algumas emendas que foram aprovadas por este Plenário, cujas emendas eram perfeitamente cabíveis e que vieram enriquecer a matéria original.

Nestas condições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece-me que não é justo, não é constitucional e, talvez até, não seja moral, esta Assembléia legislar sobre aposentadoria de Prefeitos ou de Vereadores.

Esta a consideração que gostaria de deixar aos ilustres Senhores Deputados para que reflitam e se detenham sobre este assunto, porque não pode a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assumir esta responsabilidade que, por certo, poderá contentar alguns Prefeitos, mas colocará esta Assembléia numa situação injustificável, inexplicável, perante a opinião pública do Estado do Paraná.

O SR. PAULO FURIATTI (Para encaminhar) — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fico estarecido, como membro deste Poder Legislativo, quando vejo um nobre Deputado apresentar um projeto que peca por princípio. Uma emenda que fere os mínimos princípios da dignidade política, quando todos sabemos que o mandato de um Prefeito não pode ser transformado, ou tentar transformá-lo quando sair do cargo, num funcionário público.

Os recursos para o pagamento das conseqüências desta emenda, sairão do bolso do povo.

Quero apenas, aqui, clarear um pouco a memória dos Deputados que subscreveram e do Deputado que apresentou esta emenda, para o que representa isto se fosse aprovado, que não será sem dívida.

Em um ano, o povo dispenderia a soma, em grosseiros cálculos feitos agora, de 10 bilhões de cruzeiros, para pagar a emenda feita pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Em oito anos, 20 bilhões, a dinheiro de hoje. Em doze anos, 30 bilhões. Em dezesseis anos, 40. Em vinte anos, 60 bilhões. E temos que falar em dez, em vinte anos, exatamente porque a proposta é vitalícia e se estende às viúvas e aos filhos dos Prefeitos.

No efeito "cascata" dos pagamentos nós teríamos em vinte anos aproximadamente o dispêndio, a dinheiro de hoje, de mais de um trilhão e 200 bilhões de cruzeiros. O que representa 1/4 do orçamento do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o momento nacional em que o próprio Parlamento é questionado pela opinião pública no seu papel; no momento nacional em que nós, políticos, por estarmos saindo de um período autoritário em que o Poder Legislativo foi transformado numa mera sala de reuniões para votos de pesar e, no momento nacional em que o nosso próprio papel dentro do Parlamento é questionado na rua, na reunião e na imprensa, a apresentação de uma emenda destas reflete que nos e alguns Parlamentares, ainda não entenderam o momento nacional.

E, portanto, a dignidade deste Parlamento terá que sobreviver a estes tipos de emendas com a votação contrária à derrota delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Vai se proceder a chamada nominal.

No artigo 161 do Regimento Interno, dita o seguinte:

"A votação nominal far-se-á pela lista geral dos Deputados que serão chamados pelo Primeiro Secretário e responderem "sim" ou "não", conforme forem a favor à matéria ou contrário à matéria em deliberação. O Segundo Secretário tomará assentamento dos nomes dos Deputados favoráveis e dos contrários que em seguida serão lidos proclamando ao Presidente o resultado."

A Mesa ainda esclarece que de acordo com o artigo n. 26 da nossa Constituição trata-se de emenda à Lei Complementar necessitando, portanto, de trinta votos favoráveis à sua aprovação. Far-se-á a votação.

O Primeiro Secretário fará a chamada e o Segundo Secretário anotará a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) — Vossa Exce-

lência esclarece que necessita de trinta votos favoráveis por se tratar de um projeto de lei complementar para aprovação. E se tiver vinte e cinco votos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está rejeitado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Nilso Sguarezi) — Não: Antônio Annibelli - ausente; Nelson Buffara - Sim: Quielso Crisóstomo - ausente; Fiori Luiz - ausente; Ezequias Losso - Sim: Acir Mezzadri - Não; Adhail Passos - ausente; Airtton Cordeiro - ausente; Amélia Hruscka - ausente; Antônio Belinati - Sim. Artagão de Mattos Leão - ausente; Augusto Carneiro - Sim: Basílio Zanusso - ausente; Caíto Quintana - Não; Dirceu Manfrinato - ausente; Donato Gulin - ausente; Edgard Pimentel - ausente; Edmar Luiz Costa - ausente; Eduardo Baggio - Não; Erondy Silvério - ausente; Ervin Bonkoski - ausente; Ferrari Júnior - ausente; Francisco Escorsin - Sim; Fuad Nacli - ausente; Gabriel Manoel - ausente; Gernote Kirinus - ausente; Gilberto Carvalho - sim: Hermas Brandão - Não; Homero Oguido - Não. Irondi Pugliesi - Não; Ivan Gubert - Sim; Jorge Maia Filho - Sim: José Antônio Fonseca - ausente; Leônidas Chaves - ausente; Luiz Alberto Oliveira - sim; Márcio Almeida - ausente. Mário Pereira - ausente; Nelson Vasconcellos - Não; Nestor Baptista - Não; Odeni Mongruel - ausente; Orlando Pessuti - Não; Osvaldo Alencar Furtado - Não; Paulo Furiatti - Não; Péricles Pacheco - ausente; Roberto Requião - ausente; Rubens Bueno - Não; Sabino Campos - Não; Sérgio Spada - ausente; Tadeu França - ausente; Tadeu Lúcio Machado - Não; Tércio Albuquerque - Sim; Trajano Bastos - Não; Tuguió Setogutte - ausente; Werner Wanderer - ausente; Wilson Fortes - ausente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda nova chamada dos faltosos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Votaram "não", 17 Senhores Deputados; votaram "sim", 11 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não há "quorum" para deliberação. Votaram 28 Senhores Deputados. Adia-se a votação da matéria para a sessão de amanhã. (conversas paralelas).

A Mesa já anunciou o resultado e infelizmente não vai submeter novamente em votação.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool, e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N. 11/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º - A localização dos Projetos Agrícolas e industriais, destinados à produção de álcool no Estado do Paraná, nos municípios com área de solos derivados do arenito caiua, terão prioridade para aprovação.

Art. 2.º - O Poder Executivo, através de suas Secretarias de Estado, promoverá análise dos projetos agrícolas e industriais, de modo a subsidiar as decisões da Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), no que tange ao enquadramento destes, no Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL).

Parágrafo 1.º - Para efeito no disposto neste artigo o Poder Executivo incumbirá:

I) - À SEAG, a análise e avaliação do impacto dos projetos, objetos desta Lei, sobre o meio rural.

II) - À SEIC, a análise da adequação dos projetos objetos desta Lei, à Polícia Industrial do Estado.

III) - A SEIN, a análise e avaliação dos efeitos, no meio ambiente, decorrentes da implantação ou ampliação dos projetos, de que trata esta Lei.

Parágrafo 2º - As Secretarias de Estado, referida neste artigo, articular-se-ão regulamentando a análise e tramitação apropriada dos projetos, a serem submetidos à CENAL.

Parágrafo 3º - Aplica-se as normas desse artigo, em quaisquer outros projetos, destinados ao incentivo da produção do álcool, para outro consumo.

Art. 3º - A análise dos projetos tratados nesta Lei, a cargo da SEAG, objetiva fundamentalmente evitar que a expansão ou implantação de novos cultivos de cana-de-açúcar produza as seguintes alterações no meio rural:

- I) - venha substituir bolsões de lavouras já existentes;
- II) - estenda-se sobre bolsões de pequena propriedade, induzindo à concentração fundiária;
- III) - ultrapasse os limites da região programa definida pelo zoneamento agrícola, nos termos do art. 1º desta Lei;
- IV) - acarrete competição com outros programas federais e estaduais na utilização do solo quando se destinarem à produção de alimentos;
- V) - reduza de forma relevante a cobertura florestas da região ou proceda à sua extinção;

Parágrafo 1º - Para os efeitos dos itens I e II deste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura tomará como base para o seu parecer final, os seguintes critérios:

- a) - ocupação atual do solo;
- b) - estrutura fundiária;
- c) - categoria de produtores.

Parágrafo 2º - Para os fins previstos neste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura recomendará procedimentos que visem a manutenção dos bolsões de lavouras e da pequena propriedade, tais como:

- a) tecnologia de cultivo;
- b) rotação e/ou consorciação com culturas alimentares;
- c) práticas conservacionistas.

Art. 4º - A Secretaria de Estado do Interior considerará os seguintes critérios, na análise dos projetos a que se refere esta Lei, para evitar que alterações relevantes sejam produzidas no meio ambiente como:

- a) poluição dos mananciais e cursos d'água;
- b) poluição atmosférica;
- c) poluição pela inadequada destinação do vinhoto.

Art. 5º - Fica vedado às instituições financeiras controladas pelo Estado do Paraná, conceder qualquer tipo de apoio, inclusive financeiro, a projetos agrícolas ou industriais, destinados à produção de álcool que se localizem fora do zoneamento aprovado pelo art. 1º, ou não atendam a qualquer das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º - Fica assegurado às usinas de álcool em funcionamento, a oportunidade de expandirem a sua capacidade até o dobro daquela aprovada no projeto original, desde que os investidores já realizados em máquinas, equipamentos e obras civis quando da implantação, sejam consideradas relevantes para a expansão pretendida.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida alguma o Estado do Paraná tem contribuído de forma fundamental para a produção de alimentos. Além disso, alternativas energéticas tem sido estimuladas, principalmente aquelas que tem na terra sua viabilidade.

Dentre essas alternativas, a energia a partir da produção do álcool é uma das que tem se viabilizado. Essa Viabilização, no entanto, não pode e não deve ser às custas de ocupação de

área produtora de alimentos para o mercado interno e muito menos às custas do meio-ambiente. Diante disso, apresentamos este anteprojeto de lei que visa, fundamentalmente, racionalizar a expansão do álcool, protegendo áreas nobres para produção de alimentos e também nossos ecossistemas. Com isto, pretendemos viabilizar a produção de álcool em completa harmonia com nossas potencialidades naturais.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Projeto n. 11/85 Vossa Excelência deferiu o requerimento que fiz, para que fosse ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que está em fase de votação, e não entrou como matéria de votação, por não haver número legal para votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será apreciado na sessão de amanhã.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 62/85. (Mensagem n. 77/85 - ex-Proposição n. 73/85), que aprova o 3º Termo Aditivo de 08.03.85, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais.

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 62/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o 3º Termo Aditivo, datado de 08.03.85, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 63/85. (Mensagem n. 58/85 - ex-Proposição n. 60/85), que aprova o Convênio n. 334/84, celebrado em 26.09.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e a SUDESUL, objetivando a proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a região Sul.

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 63/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio n. 334/84, celebrado em 26 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a Região Sul.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 64/85, (Mensagem n. 86/85 - ex-Proposição n. 78/85), que aprova 1º Termo Aditivo de 11.03.85, ao Convênio celebrado em 16.11.84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5º Termo Aditivo, de 11.03.85, ao Convênio, que especifica.

Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 64/85**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o 1º Termo Aditivo, datado de 11.03.85, ao Convênio celebrado em 16.11.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5º Termo Aditivo, datado de 11.03.85, ao Convênio celebrado em 31.03.81, entre as mesmas partes, objetivando a execução das atividades de defesa e vigilância fitossanitária.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 65/85, (Mensagem n. 69/85 - ex-Proposição n. 69/85), que aprova Convênio celebrado em 18.11.83, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e o município de Curitiba, através da URBS S/A, objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba um Posto de Informações Turísticas.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 65/85**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 18.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR -, e o município de Curitiba, através da URBS - Urbanização de Curitiba S/A, objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba, um Posto de Informações Turísticas.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 66/85, (Mensagem n. 66/85 - ex-Proposição n. 66/85), que aprova Convênio n. 44/83, celebrado em 30.08.83, entre o Governo do Estado do Paraná através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade.

Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 66/85**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio n. 44/83, celebrado em 30 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a realização de estágios em estabelecimentos da Paratur, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente:

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 67/85. (Mensagem n. 78/85 - ex-Proposição n. 72/85), que aprova 6º Termo Aditivo de 08/03/80, ao Convênio de 18/12/80 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudanças certificadas e Fiscalizadas no Estado.

Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 67/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE

Art. 1º - Fica aprovado ao 6º Termo Aditivo datado de 08.03.80, ao Convênio celebrado em 18.12.80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

JORGE MAIA FILHO - Relator.

2º DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA. Nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE N. 01
AO PROJETO DE LEI N. 321/84**

No art. 5º, onde se lê:

"ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO

...";

Leia-se:

"ao Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP -

..."

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento: Mário Pereira, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos e Edmar Luiz Costa.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE N. 02

No art. 5º onde se lê:

"Os recursos do FUNCITEC serão recolhidos diretamente ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

em conta especial, tendo como seu gestor financeiro a Secretaria de Estado do Planejamento”.

Leia-se:

“Os recursos do FUNCITEC serão recolhidos em conta especial, e movimentadas para aplicações no mercado de capitais no montante diário dos seus saldos disponíveis e liberações de apoio financeiro a projetos aprovados pelo CONCITEC, tendo como gestor o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A – BADEP”.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio: Trajano Bastos, José Antônio Fonseca, Nilso Sguarezi e Eduardo Baggio.

Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 30/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara, de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS” – APEF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N. 30/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o – Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS (APEF), com sede e foro na Cidade de Curitiba – Paraná.

Art. 2.^o – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS (APEF), fundada em 24 de outubro de 1967, é uma Entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade e objetivos principais, congregar a Classe de Engenheiros Florestais; trabalhar no equacionamento e na solução dos problemas florestais, defendendo os interesses, promovendo a defesa e a valorização da profissão, além de promover intercâmbio social, cultural e científico entre instituições congêneres do País e do estrangeiro.

Propõe-se, igualmente, a prestar colaboração técnica a qualquer órgão que a solicite. A APEF, através de seus membros, atua a nível de Estado, Prefeituras, Entidades de Classes e comunidade em geral, na conscientização florestal, na defesa do meio-ambiente, na preservação da fauna e da flora, interessando-se por todos os assuntos que se referem a conservação da natureza. A proposição do presente Projeto de Lei, virá, por certo, ao encontro dos nobres e elevados propósitos da entidade, o que esperamos uma boa acolhida por parte desta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 30/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado ORLANDO PESSUTI tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Engenheiros Florestais (APEF), com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente;

AMELIA HRUSCHKA – Relatora.

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 35/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o Art. 2.^o, da Lei n. 7550, de 17/12/81, ficando restaurada a redação original do Art. 6.^o e de seu Parágrafo Único, da Lei n. 6.407, de 07/07/73. (Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N. 35/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.^o – Fica revogado o art. 2.^o, da Lei n. 7550, de 17 de dezembro de 1981 e restaurada a seguinte redação do art. 6.^o e de seu parágrafo único, da Lei n. 6.407, de 7 de junho de 1973:

“Art. 6.^o – O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado à qual estiver a mesma vinculada, que o presidirá, pelo Presidente da Fundação, como membros natos e por três outros membros, nomeados pelo Governador do Estado entre profissionais de notórios conhecimentos na área do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Governador do Estado será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.”

Art. 2.^o – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 35/85

PARECER

Através do Projeto de Lei n. 35/85, o Senhor Governador do Estado tenciona revogar o Artigo 2.^o da Lei n. 7550/81, e restaurar a redação do Artigo 6.^o e de seu parágrafo único, da Lei n. 6.407/73.

Analisando a proposição e constatando que a mesma está de acordo com os ditames constitucionais, expedimos parecer favorável à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

ROBERTO REQUIÃO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 35/85

PARECER:

O Projeto de Lei em exame se origina da Mensagem Governamental n. 72/85 e objetiva revogar o art. 2º, da Lei n. 7550, de 17/12/81, ficando restaurada a redação original do art. 6º e de seu parágrafo único, da Lei n. 6.407, de 07/07/73 (Composição do Conselho de Administração do IPARDES).

A matéria recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os seus aspectos financeiros, motivo da apreciação por parte desta Comissão de Finanças, não existe qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite do referido Projeto de Lei.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO — Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria o Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

(Publicado no D.A. 25, de 11/4/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 45/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Feminina Acácias de Curitiba", com sede e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n. 6.994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 133/85, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

(Publicado no D.A. 68 de 01/08/85).

PARECER:

Comissão especialmente constituída para opinar sobre títulos honoríficos.

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Odeni Mongruel tem por objetivo a concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Evangelino Costa Neves.

Inegavelmente o ilustre nome indicado pelo autor é um dos mais respeitados nos meios esportivos e social do Paraná. Sua participação foi decisiva para que o nome do nosso Estado, através do Coritiba Foot Ball Club se destacasse, como recentemente no campeonato nacional.

E justa portanto a homenagem que pretende o nobre Deputado ao Sr. Evangelino Neves que já há 41 anos vive no Paraná.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 133/85

PARECER

De autoria do nobre Deputado Odeni Mongruel. objetiva o presente Plano de Lei conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES.

Na justificativa de seu projeto, assinala o autor a oportunidade da outorga da referida honraria como uma prova de reconhecimento e gratidão do povo paranaense ao desportista que, pelo trabalho perseverante à frente do Coritiba Foot Ball Club elevou o Paraná à glória maior com a conquista da Taça de Ouro de 1985.

A louvável iniciativa do Deputado Odeni Mongruel não fere qualquer preceito de ordem constitucional, e atende ao que dispõe a Lei n. 5. 638 que dispõe sobre a matéria.

Pelo exposto somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente.
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa.

requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Professor Sr. Altayr dos Santos Cavali, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prof. Altayr dos Santos Cavali, ocorrido no dia 26 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prof. Altayr dos Santos Cavali, ocorrido dia 27 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rui Virmond Marques, ocorrido no dia 27 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rui Virmond Marques, ocorrido no dia 27 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Guimarães Martins, ocorrido dia 26 do corrente mês, no Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco

Martins Guimarães, ocorrido no dia 26 de agosto do corrente ano. no Município de Douradina. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Inomata, ocorrido no dia 27 do corrente mês, no Município de Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lúcia Espírcia Strapassoni, ocorrido no dia 27 do corrente mês, no Município de Quatro Barras. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Thadeo Rosalinski, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Miguel Cornelsen Caldas, ocorrido dia 23 do corrente mês, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo à Diretriz Editorial pela passagem do 6.º aniversário de fundação da Revista Quem. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição da nova Diretoria do Centro Catarinense do Paraná. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Sr. Jorge Kudri, pela sua eleição para a vice-presidência da Confederação Sulamericana de Futebol de Salão. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, encapando cópias do manifesto da ATAEPAR — Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná, aos Srs. Ministros de Estado da Agricultura, Secretário da Agricultura e Presidentes da Federação da Agricultura do Paraná e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo urgência para as reivindicações da Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões, mantenedora do Hospital Brigadeiro Epinghaus do Município de Guaraqueçaba. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo estudos para implantação do curso do magistério no período noturno no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente ao Sr. Superintendente da

TELEPAR, encarecendo estudos no sentido de ampliar o número de terminais telefônicos no Município de Atalaia. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDESUL, encarecendo a instalação de um Departamento daquele órgão no município de Maringá.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior, Dirceu Manfrinato e Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formação de uma Comissão de Senhores Deputados do eixo Umuarama-Cambará, visando contatos com o Senhor Ministro dos Transportes, para reivindicar diversos assuntos de interesse do Estado.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Fortaleza, ligando a localidade de Santo Amaro à sede do município de Tibagi.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira para construção de uma ponte no município de Moreira Sales.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a realização de obras de cobertura na quadra esportiva do Colégio Estadual Carlos Gomes, no município de Ubatã.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja destinada uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia no município de Peabiru.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o aumento da cota de remédios para o município de Peabiru.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um telefone na agência de Rendas, no município de Mamborê.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível para atender a delegacia de polícia do município de Peabiru.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo estudos para a doação de uma ambulância devidamente equipada para o município de Peabiru.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na delegacia de polícia no município de Peabiru.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria da Educação, que dê uma solução imediata para as professoras do município de Paranaguá.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, com subsequente desdobramento ao Senhor Superintendente da SUREHMA, pleiteando a implantação de poço semi-artesiano para servir a Comunidade do Distrito de Pindorama no município de Xambrê.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central do Brasil, reiterando apelo anterior, sobre a necessidade de criação de Agências do Banco do Brasil nos municípios de Santa Fé, Juranda, Pranchita, Nova Santa Rosa, Missal, Diamante do Norte, Tupãssi, Três Barras do Paraná, Paulo Frontin, Renascença e Curiúva.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico na localidade de Torres Canavial no município de Ivaí.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretários de Segurança Pública e da Administração, encarecendo estudos que tratam da regulamentação de promoções e acesso de servidores Policiais Cíveis do Estado.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando urgência no encaminhamento a este Poder, de projeto de lei que, reformulando dispositivos da Lei 7.208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDESUL, pleiteando informações sobre os valores e o cronograma de desembolsos destinados aos municípios paranaenses.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congragulação à Senhora Presidente da Casa Latino-Americana, pela realização da Semana Latino-Americana, no período compreendido entre 5 a 12 de outubro, nesta Capital.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Professor e ex-Senador doutor Paulo Brossard pela sua investidura como Consultor Geral da República.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, visando a imediata reabertura de postos de representação da previdência e assistência social - área rural (FUNRURAL), que em vários municípios do Estado do Paraná permanecer fechados.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Japonês, pela apresentação realizada dia 22 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Querência do Sul, pela apresentação realizada dia 21 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda, pela apresentação realizada dia 23 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Germânico da Sociedade Rio Branco, pela apresentação realizada dia 24 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando

Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Classe Bancária, pelo transcurso do Dia Nacional do Bancário, comemorado dia 28 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Profissionais da área de Corretagem de Imóveis, pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, transcorrido dia 27 do corrente mês.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a criação da Caixa Econômica Estadual.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pleiteando a transformação de Paraíso do Sul (distrito de Barbosa Ferraz) em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Paraná.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando mensagem à esta Casa no sentido de regularizar a atuação policial em todo o Estado através de obrigatoriedade de contratação de Assistentes Sociais femininas em todas as delegacias de Polícia do Paraná.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Cultural e Esportiva e a Colônia Japonesa pelos passamentos dos seus aniversários, 25º ano de existência, bem como pelo 50º ano de imigração da Colônia Japonesa, do município de Apucarana.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, visando atendimento à reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras no município de Corbélia.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de cento e cinquenta carteiras escolares para o Colégio Estadual João D'Oliveira Gomes - Ensino de 1.º e 2º Graus, no município de Campo Mourão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Responsável pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo estudos para a implantação de um novo horário de linha de ônibus entre os municípios de Peabiru e Campo Mourão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção do parque de exposição do município de Campina da Lagoa.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Aeronáutica, encarecendo a concessão de uma Ponta Aérea, ligando Curitiba/São Paulo/Curitiba pelo aeroporto de Congonhas.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que seja reativada a campanha para aumentar o número de eleitores no Estado.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes do INCRA e ITCF, visando agilização no processo de cadastramento dos sem-terras do Estado do Paraná.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Luz Marina, no município de Toledo.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Grupos Alcolólicos Anônimos do Paraná, pela passagem do 17º aniversário de implantação deste movimento em nosso Estado.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação do Centro Cultural Brasil-União Soviética.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Equipe de Handebol adulto, feminino da Incolustre-Cambé, pela conquista do Campeonato Sulamericano de Handebol.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de se conceder Anistia Fiscal aos contribuintes em atraso com o recolhimento do ICM.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo pedido

de informações quanto ao total das vendas de semente de arroz, realizadas no ano de 1985 pela Café do Paraná.

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 11/85

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Dos Projetos de Resolução n. 62, 63, 64, 65, 66 e 67/85.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 321/84

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 30, 35 e 45/85 e 133/84.

1.^a DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 182/84, 15 e 95/85.

Marca ainda uma sessão extraordinária, para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – Dos Projetos de Resolução n. 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75 e 76/85.

•Levanta-se a sessão.